



Convênio:
Secretaria de Desenvolvimento
Rural, Pesca e Cooperativismo



Plano Anual de Trabalho

PAT - 2014

PORTO ALEGRE
2013

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR

DIRETORIA EXECUTIVA DA EMATER/RS E SUPERINTENDÊNCIA DA ASCAR

LINO DE DAVID

Presidente da Emater/RS
Superintendente Geral da Ascar

GERVÁSIO PAULUS

Diretor técnico da Emater/RS
Superintendente técnico da Ascar

SILVANA DALMÁS

Diretora administrativa da Emater/RS
Superintendente administrativa da Ascar

DIRETORIA SOCIAL DA ASCAR

IVAR PAVAN

Presidente

RUI POLIDORO PINTO

Vice-presidente

ELTON ROBERTO WEBER

Vice-presidente



Convênio:
Secretaria de Desenvolvimento
Rural, Pesca e Cooperativismo



Plano Anual de Trabalho

PAT - 2014

PORTO ALEGRE
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da EMATER/RS-ASCAR

E53p EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR
Plano anual de trabalho da EMATER/RS-ASCAR: 2014/ Emater. Rio Grande do Sul/ASCAR. - Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2013.
75 f.: il. - (Série Relatórios).

1. Plano de trabalho. 2. Extensão rural. 3. Rio Grande do Sul. I. Título. II. Série.

CDU 63.001.8"2013"(083.92)

REFERÊNCIA:

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Plano anual de trabalho da EMATER/RS-ASCAR**: 2014. Porto Alegre, RS. 2013. 75 f. il. (Série Relatórios).

EMATER/RS-ASCAR - Rua Botafogo, 1051 - 90150-053 - Porto Alegre/RS - Brasil
Fone (0XX51) 2125-3144/fax (0XX51) 2125-3156
<http://www.emater.tche.br> E-mail: biblioteca@emater.tche.br

SÉRIE RELATÓRIOS

Elaboração: Gerência de Planejamento – GPL
Gerente: Cordula Eckert
Núcleo de Informações Estruturais e Conjunturais – NIP
Catalogação Internacional na Publicação: Cleusa Alves da Rocha, CRB 10/2127
Formatação: Naira de Azambuja Costa

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Trabalho 2014 (PAT-2014) apresenta as principais atividades a serem executadas pela EMATER/RS-ASCAR junto aos agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, pecuaristas familiares e pescadores artesanais, e vulnerabilizados sociais existentes em cerca de 12.000 localidades rurais de 493 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos nos doze Escritórios Regionais (ESREG).

Com o apoio dos técnicos dos ESREG e do escritório central, sob a coordenação da Gerência de Planejamento (GPL), essas atividades foram planejadas pelos extensionistas dos Escritórios Municipais (EM), com a participação dos(as) agricultores(as) e das parcerias, como prefeituras municipais, conselhos de desenvolvimento, comunidades, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, conselhos de assistência social, cooperativas e associações, órgãos de pesquisa e universidades.

As atividades planejadas têm como foco: a) a geração de renda, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em ações produtivas, com ênfase na transição agroecológica; b) a organização econômica das atividades; c) a inclusão social e produtiva no meio rural; d) incorporação da dimensão ambiental, de forma transversal, nas ações de Ater; e) execução de políticas públicas em todos os níveis. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, através de ações de assistência técnica e social no meio rural.

Fica evidenciado que a ATER tem um papel vital no apoio à produção de alimentos, particularmente pelo manejo dos agroecossistemas que assegurem o enfoque sistêmico, respeitem a diversidade ecológica e valorizem os aspectos culturais das distintas regiões, construindo assim patamares crescentes de sustentabilidade. Ressalta-se a ênfase na promoção e na garantia de direitos, através de ações de inclusão social e produtiva, da promoção da cidadania das famílias rurais e da sustentabilidade ambiental.

Reconhecendo que ainda existe pobreza no meio rural, a EMATER/RS-ASCAR assume o grande desafio de tornar o RS mais igual no meio rural, com uma atuação consistente, visando à inclusão social e produtiva dessas famílias, em uma perspectiva emancipatória. Outro desafio é o incremento a ações socioassistenciais, executadas com acompanhamento de Conselhos de Assistência Social de municípios do Estado;

A ação da EMATER/RS-ASCAR se pauta por uma visão sistêmica, abrangendo o agroecossistema, integrando a qualificação e eficiência dos processos produtivos e os processos de gestão e de comercialização, com atuação “para além da porteira”. Dar ênfase às iniciativas como a da qualificação das agroindústrias familiares, da organização para o associativismo e do fortalecimento das pequenas e médias cooperativas, a partir da atuação de equipes técnicas multidisciplinares.

Contribuir para melhor qualidade de vida para o produtor rural implica em ir além da geração de renda, devendo dar condições a que os agricultores tenham no seu ambiente de vida mais do que um espaço de produção, um lugar para se viver, com direito ao acesso à cultura, ao lazer, à educação e à cidadania, interagindo de forma harmoniosa com o ambiente natural. Para isso, é necessário que se tenha uma abordagem de desenvolvimento rural, além do agrícola, que integre esse conjunto de questões e incorpore o tema da juventude rural e a sucessão familiar.

Os desafios que se colocam requerem uma postura de contemporaneidade da extensão rural, que garanta na execução de suas atividades um processo contínuo e permanente de formação, tanto de técnicos como do público assistido.

Neste Plano Anual de Trabalho estão incorporados compromissos firmados com o Governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), da Secretaria de Obras Públicas (SOP) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) entre outras. O Planejamento também contempla os convênios ou contratos firmados com o Governo federal, em especial com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Com o MDA se destaca a execução de várias Chamadas Públicas envolvendo temáticas como a sustentabilidade, o incentivo à diversificação de atividades para produtores de tabaco, atividades de ATER para produtores de leite com baixa produção de litros/dia, para ação de ATER com agricultores de base ecológica e, junto, com o INCRA, a continuidade de ações de ATES para assentados de Reforma Agrária.

Especificamente com a SDR, o objetivo é prestar serviços de ATER para agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, pescadores artesanais, aquicultores, indígenas e quilombolas nas seguintes prioridades:

- fortalecimento das cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar;*
- irrigação e usos múltiplos da água;*
- assistência técnica e social e apoio às comunidades quilombolas e indígenas e reforma agrária e ordenamento fundiário;*
- outras atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas), ambientais e sociais para o desenvolvimento rural sustentável;*
- soberania e segurança alimentar, abastecimento e inclusão social e produtiva no meio rural; e*
- assistência técnica a cooperativas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo Rural Gaúcho.*

Em síntese, o que se pretende, para além da projeção e do alcance de metas qualitativas ou quantitativas, é contribuir na construção de processos de desenvolvimento rural sustentável, em parceria com as demais instituições e atores sociais. Processos baseados na promoção da participação como opção metodológica privilegiada para fortalecer o grau de empoderamento das famílias rurais e, sobretudo, que assegurem a sustentabilidade dos sistemas de produção e respeitem o ambiente.

A Direção.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas previstas: Produção sustentável de leite - bovinocultura de leite	12
Tabela 2 - Metas previstas: Pecuária familiar	14
Tabela 3 - Metas previstas: Bovinocultura de corte	14
Tabela 4 - Metas previstas: Ovinocultura	15
Tabela 5 - Metas previstas: Piscicultura	16
Tabela 6 - Metas previstas: Pesca artesanal	17
Tabela 7 - Metas previstas: Apicultura.....	18
Tabela 8 - Metas previstas: Avicultura colonial	19
Tabela 9 - Metas previstas: Suinocultura	19
Tabela 10 - Metas previstas: Milho	20
Tabela 11 - Metas previstas: Feijão.....	21
Tabela 12 - Metas previstas: Trigo	22
Tabela 13 - Metas previstas: Soja.....	23
Tabela 14 - Metas previstas: Sistemas agroflorestais	24
Tabela 15 - Metas previstas: Sistemas silvipastoris	24
Tabela 16 - Metas previstas: Silvicultura.....	26
Tabela 17 - Metas previstas: Fruticultura	27
Tabela 18 - Metas Previstas: Olericultura	29
Tabela 19 - Metas previstas: Floricultura.....	29
Tabela 20 - Metas previstas: Cana-de-açúcar	30
Tabela 21 - Metas previstas: Mandioca	30
Tabela 22 - Metas previstas: Canola	30
Tabela 23 - Metas previstas: Girassol.....	31
Tabela 24 - Metas previstas: Arroz irrigado	31
Tabela 25 - Metas previstas: Mecanização	31
Tabela 26 - Metas previstas: Conservação de solos e água	33

Tabela 27 - Metas previstas: Agricultura de base ecológica	35
Tabela 28 - Metas previstas: Plantas bioativas - medicinais, aromáticas, condimentares e plantas alimentícias não convencionais (PANC).....	37
Tabela 29 - Metas previstas: Segurança e soberania alimentar (SAN), PAA e PNAE.....	39
Tabela 30 - Metas previstas: Agroindústria familiar.....	41
Tabela 31 - Metas previstas: Artesanato rural	42
Tabela 32 - Metas previstas: Turismo rural.....	43
Tabela 33 - Metas previstas: Reservação de água e irrigação.....	45
Tabela 34 - Metas previstas: crédito rural - PRONAF	47
Tabela 35 - Metas previstas: Inclusão social e produtiva no meio rural	52
Tabela 36 - Metas previstas: ATER indígena.....	54
Tabela 37 - Metas previstas: ATER quilombola	54
Tabela 38 - Metas previstas: Garantia de direitos – ações socioassistenciais.....	55
Tabela 39 - Metas previstas: ATES em assentamentos de reforma agrária	57
Tabela 40 - Metas previstas: Questões de gênero – mulher rural	60
Tabela 41 - Metas previstas: Juventude rural e sucessão familiar	61
Tabela 42 - Metas previstas: Geração de idosos	62
Tabela 43 - Metas previstas: Educação e promoção da saúde.....	64
Tabela 44 - Metas previstas: RS biodiversidade e educação ambiental.....	66
Tabela 45 - Metas previstas: Geoprocessamento	67
Tabela 46 - Metas previstas: Chamada pública da sustentabilidade.....	68
Tabela 47 - Outras Chamadas previstas, para execução em 2014	68
Tabela 48 - Metas previstas: qualificação de agricultores.....	70
Tabela 49 - Metas a serem realizadas pela GPL em 2014	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E REGIONAIS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA .	11
2.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANIMAL	11
❖ Produção Sustentável de Leite - Bovinocultura de Leite	11
❖ Pecuária Familiar	13
❖ Bovinocultura de Corte	14
❖ Ovinocultura	15
❖ Piscicultura	15
❖ Pesca Artesanal	17
2.2.1 OUTRAS CRIAÇÕES AGREGADAS	18
❖ Apicultura	18
❖ Avicultura Colonial	19
❖ Suinocultura	19
2.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO VEGETAL	20
❖ Milho	20
❖ Feijão	21
❖ Trigo	22
❖ Soja	23
❖ Sistemas Agroflorestais	24
❖ Silvicultura	25
❖ Fruticultura	27
❖ Olericultura	28
2.2.1 OUTRAS ATIVIDADES AGREGADAS	29
❖ Floricultura	29
❖ Agroenergia: Cana-de-açúcar, Mandioca, Canola, Girassol	30
❖ Arroz Irrigado	31
❖ Mecanização Agrícola	31
2.3 AÇÕES ESPECÍFICAS COM FOCO EM AGROECOLOGIA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MANEJO DE SOLO E ÁGUA	32
❖ Conservação de Solos e Água	32
❖ Agricultura de Base Ecológica	34
❖ Plantas Bioativas: Medicinais, Aromáticas, Condimentares e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)	36

2.4 PROGRAMAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR, COMERCIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS	38
❖ Segurança e Soberania Alimentar (SAN), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	38
❖ Agroindústria Familiar.....	40
❖ Artesanato Rural.....	41
❖ Turismo Rural	42
2.5 PROGRAMAS DE APOIO À GESTÃO E AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	44
❖ Reservação de Água e Irrigação	44
❖ Cooperativismo – Projeto de Extensão Cooperativa e Chamada Pública 04 e 06	46
❖ Crédito Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	47
❖ Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).....	48
❖ Programa Troca-Troca de Sementes	48
3 INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO MEIO RURAL	51
3.1 AÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR PARA A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA.....	51
❖ Ações da EMATER/RS-ASCAR para combate a extrema pobreza e o Programa Brasil Sem Miséria	51
❖ Povos e Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas)	53
❖ Garantia de Direitos – Ações Socioassistenciais.....	54
❖ ATES em Assentamentos de Reforma Agrária	56
❖ Crédito Fundiário (Chamada Pública 025/2012)	58
3.2 GÊNERO, JUVENTUDE RURAL, SUCESSÃO FAMILIAR E GERAÇÃO	59
❖ Questões de Gênero – Mulher Rural.....	59
❖ Juventude Rural e Sucessão Familiar	60
❖ Geração (Idosos)	62
3.3 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL.....	63
❖ Educação e Promoção da Saúde.....	63
3.4 GESTÃO AMBIENTAL	64
❖ RS Biodiversidade e Educação Ambiental	65
❖ Geoprocessamento	67
3.5 CHAMADAS PÚBLICAS.....	68
❖ Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012 – Sustentabilidade	68
4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICOS E AGRICULTORES	69
❖ Formação de Técnicos e a Qualificação de Agricultores	69
5 OUTRAS ATIVIDADES.....	71
❖ Gerência de Planejamento	71
❖ Classificação	74

1 INTRODUÇÃO

O PAT apresenta as principais atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR para 2014. Esse processo de planejamento inicia-se em nível municipal, considerando as atividades que vinham sendo desenvolvidas e as expectativas sobre o futuro, a capacidade das equipes em executar as ações de ATER (em termos de recursos físicos e de infraestrutura disponíveis), as prioridades municipais e regionais, os compromissos com os Governos estadual e federal, em consonância com a Missão da Instituição.

Para o processo de construção dos planejamentos municipais foi mantida a unificação de procedimentos e de formulários em apoio ao processo de planejamento dos EM. Para isso, o escritório municipal mantém um Estudo de Situação atualizado e um Plano Operativo Municipal (PO), definindo uma estratégia básica para o processo de planejamento municipal, respeitando especificidades regionais e territoriais.

O formulário Estudo de Situação objetiva a junção de dados e informações relativos aos municípios, a partir de dados estatísticos e indicadores oficiais disponíveis nos EM, planilhas repassadas pelos ESREG e pela GPL, levantamentos junto a entidades e órgãos municipais, informações colhidas junto a grupos, comunidades locais, associações e cooperativas. Assim, a equipe do EM tem de forma centralizada todos os dados referentes ao seu município, incluindo informações econômicas, ambientais e sociais.

Para complementar o levantamento de informações relativas às comunidades e ao município, outras ferramentas são utilizadas, tais como leituras de paisagens (agregando informações a partir da percepção dos atores em relação à paisagem percorrida) e reuniões (com uso de visualização móvel, montagem da Fofa (ferramenta que identifica as fortalezas e fraquezas, criticamente informações sobre a realidade municipal e das próprias comunidades).

A construção de propostas e das prioridades para o planejamento municipal é exercitado com as parcerias comunitárias e municipais, apresentadas formalmente às prefeituras municipais e conselhos municipais de desenvolvimento, com prioridade ao de desenvolvimento rural.

Nessa ação de planejamento, o escritório municipal tem a assessoria do escritório regional, através da ação dos supervisores, dos assistentes técnicos regionais e dos gerentes regionais, bem como o apoio do escritório central, através da ação da gerência técnica e da gerência de planejamento.

As metas planejadas pelos escritórios municipais são registradas no Sistema de Registro de Planejamento – SISPLAN – através do qual também é feito o monitoramento das atividades executadas, e que servem de base para os relatórios institucionais elaborados pela EMATER/RS-ASCAR.

2 FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E REGIONAIS E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

2.1 SISTEMAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Neste item, estão incluídas as principais atividades de criação planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam:

- produção sustentável de leite -bovinocultura de leite;
- pecuária familiar (bovinocultura de corte e ovinocultura, de outros estratos), piscicultura, pesca artesanal;
- outras criações agregadas - apicultura, avicultura colonial, bovinocultura de corte, ovinocultura e suinocultura.

❖ Produção Sustentável de Leite - Bovinocultura de Leite

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite do país, com 4,05 bilhões de litros anuais, significando 12% da produção nacional. Possui a mais alta produtividade do Brasil, chegando a 2.670 litros/vaca ordenhada ano. No Estado são 441 mil estabelecimentos rurais com 134 mil produtores de leite, dos quais 70% comercializam menos de 100 litros do produto por dia (IBGE, 2006). Existe um déficit de cerca de seis milhões de litros dia para atender a demanda das indústrias.

A produção leiteira tem um significativo potencial de crescimento no Rio Grande do Sul, pelo clima temperado, fertilidade do solo, boa disponibilidade de água, produção predominantemente à base de pasto, em pequenas propriedades com mão de obra familiar e baixo custo de produção. A produção de leite também é uma excelente alternativa para os produtores, especialmente os produtores de tabaco, que deverão migrar para outras atividades devido aos acordos internacionais de redução na sua produção.

O trabalho da EMATER/RS-ASCAR, na atividade, visa promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das unidades familiares de produção de leite, com o aumento da produção a partir da incorporação de tecnologias de baixo custo,

tendo por base o insumo conhecimento e a elevação da qualidade do produto. O incentivo à produção dar-se-á através do programa Leite Gaúcho, em parceria com Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), de outras entidades do governo Federal e Cooperativas do Rio Grande do Sul e que estimula a prestação de serviços de ATER para a agricultura familiar em forma grupal, formal ou informal, atendendo a família, o que inclui o homem, a mulher e o jovem. Ainda, no Programa do Leite Gaúcho há o propósito de qualificação dessas famílias em atividades com a ATER.

Atividades prioritárias:

- Qualificar e profissionalizar os produtores de leite.
- Fornecer assistência técnica e extensão rural grupal aos produtores de leite.
- Aumentar a produção e melhorar a renda dos produtores de leite com base em práticas de manejo sustentáveis.
- Introduzir o gerenciamento da atividade leiteira.
- Melhorar a qualidade do leite.

Tabela 1 - Metas previstas: Produção sustentável de leite - bovinocultura de leite

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade		442
Produtores nos municípios	nº	114.609
Produtores a serem assistidos		35.377
Vacas nos municípios	nº cabeças	4.664.724
Manejo do rebanho	nº produtores	28.121
	nº vacas	331.763
	litros leite	1.241.176.225
Criação correta de terneira e novilha	nº produtores	13.236
	nº cabeças	52.239
Manejo à base de pasto	nº produtores	24.348
	nº hectares	108.372
Gerenciamento da atividade leiteira	nº produtores	2.933
Melhoria da qualidade do leite	nº produtores	20.627
	nº resfriadores	16.720
Organização de produtores	nº produtores	13.736
	nº grupos	796
Uso de fitoterapia/ homeopatia	nº produtores	3.708
Implantação de forrageiras	nº produtores	17.952
	nº hectares	68.167

❖ Pecuária Familiar

À EMATER/RS-ASCAR cabe a operacionalização do Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM), tendo na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuada, o instrumento para assistir e buscar o desenvolvimento das mais de 40.000 (quarenta mil) famílias de pecuaristas familiares gaúchas.

Os pecuaristas familiares têm como características peculiares os seguintes aspectos: um modo de vida e não um sistema de produção, a procura por manterem-se com recursos próprios evitando a dependência de recursos externos, interação com a natureza calcada num projeto de sobrevivência e estabelecimento de relações com mercados diversificados e destacando-se ações de pluriatividade.

Os pecuaristas familiares estão presentes em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, principalmente, na Metade Sul e Campos de Cima da Serra. São mais de 40 mil famílias que reúnem aproximadamente três milhões de cabeças de bovinos.

Distribuição das famílias de pecuaristas familiares no Estado (Schneider, 2012):

- Região da Campanha/Fronteira Oeste: 10.000 famílias.
- Região Metropolitana: 4.500 famílias.
- Região dos Campos de Cima da Serra: 6.000 famílias.
- Região Sul: 10.000 famílias.
- Região Central: 9.500 famílias.

As metodologias utilizadas, para o manejo sanitário dos rebanhos bovinos e ovinos são: o melhoramento do campo natural, que têm nas Unidades de Experimentação Participativas (UEP) uma forma de educação e assistência técnica continuada; o melhoramento genético dos animais, com utilização de políticas públicas e privadas; comercialização organizada, através da venda direta dos produtos oriundos das propriedades.

As ações estarão baseadas na necessidade de sustentabilidade econômica, ambiental e social, com atenção à ecologização das práticas, a recuperação/manutenção da biodiversidade local e foco na constante valorização da qualidade da vida dos integrantes das famílias dos pecuaristas.

Tabela 2 - Metas previstas: Pecuária familiar

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	124
Produtores nos municípios		60.553
Produtores a serem assistidos		6.220
Rebanho nos municípios	cabeças	5.997.961
Manejo convencional do rebanho	produtores	6.586
Manejo de base ecológica do rebanho		735
Ações com Pecuáristas Familiares	famílias	5.550
Melhoramento e manejo do campo nativo		1.797
Melhoramento genético de Bovinos e Ovinos		1.425
Comercialização – Pecuáristas Familiares	produtores	1.305
Implantação de Forrageiras		2.420

Para outros públicos, serão executadas as metas abaixo (exceto da pecuária familiar):

❖ Bovinocultura de Corte

Tabela 3 - Metas previstas: Bovinocultura de corte

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios/ produtores total	nº	42 / 15.798
Produtores assistidos/ rebanho	produtor/ rebanho	391 / 51.155
Manejo do rebanho	produtor	306
Melhoramento e manejo campo nativo	produtor/ ha	153 / 4.523
Aquisição e retenção de matrizes	produtor/ matrizes	52 / 3.180
Organização de produtores para comercialização	produtor/ cabeças	97 / 6.167
Implantação de Forrageiras	produtor/ ha	163 / 2.879

❖ Ovinocultura

Tabela 4 - Metas previstas: Ovinocultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	28
Produtores na atividade/ rebanho nos municípios	produtor/ rebanho	3.442 / 277.746
Produtores/ rebanho assistidos		169 / 18.976
Manejo do rebanho	produtor/ cabeça	145 / 14.710
Implantação, uso e manejo de pastagens cultivadas	produtor/ ha	80 / 600
Melhoramento e manejo do campo nativo		68 / 1.092
Melhoramento genético	produtor/ matrizes	44 / 1.040
Organização de produtores para comercialização	produtor/ cabeça	67 / 4.610
Implantação de forrageiras	produtor/ ha	41 / 294

❖ Piscicultura

A piscicultura no Rio Grande do Sul está sendo desenvolvida, principalmente, através do Programa RS Pesca e Aquicultura do Governo do Estado. Pelas suas características, a piscicultura apresenta um grande potencial para a produção, especialmente, de carpas, tilápias e jundiás em sistema semi-intensivo e de policultivo nas propriedades de agricultura familiar.

As barreiras à expansão da atividade são atribuídas às dificuldades no licenciamento ambiental, às tecnologias adotadas pelos produtores e à forma de comercialização dos peixes, ainda bastante rudimentares.

Na tentativa de resolver as dificuldades do licenciamento ambiental, a SDR obteve da FEPAM uma Licença de Operação para os piscicultores incluídos na agricultura familiar e com no máximo até 2 hectares de espelho d'água. Os agricultores estão sendo beneficiados por essa licença através dos escritórios locais da EMATER/RS-ASCAR, que estão elaborando os projetos de licenciamento.

Ações de assistência técnicas estão voltadas à:

- Realizar cursos para técnicos e piscicultores sobre criação de peixes e processamento de pescado, especialmente nos centros de treinamento.
- Trabalhar no sentido de regularizar as criações, quanto ao licenciamento ambiental, através da Licença de Operação, concedida à SDR.
- Realizar o policultivo de carpas, com base no sistema semi-intensivo, utilizando complementação alimentar com base em produtos disponíveis na propriedade.
- Adequar os açudes já existentes e construir novos de forma mais apropriada à criação de peixe.
- orientar a condução da despesca, do processamento e da comercialização do pescado.

Os objetivos da assistência técnica são de:

- Facilitar o trabalho dos produtores.
- Aumentar a lucratividade da atividade.
- Melhorar e diversificar a alimentação dos produtores e das comunidades do entorno da produção.

Tabela 5 - Metas previstas: Piscicultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade/ Piscicultores total na atividade	municípios/ piscicultores	313 / 32.253
Piscicultores assistidos	piscicultores/ ha de espelho d'água	5.916 / 3.080
Manejo dos viveiros		4.847 / 2.408
Projetos de viveiros		717 / 226
Reformas de viveiros		614 / 340
Construção de viveiros		921 / 270
Laudos de construção de viveiros		736 / 179
Licenciamento ambiental		890 / 384
Despesca	piscicultores/ t de produção	1.930 / 2.205

❖ Pesca Artesanal

A Extensão Rural do Estado tem trabalhado principalmente com os pescadores artesanais. A extensão pesqueira, dentro da EMATER/RS-ASCAR, tem sua ação no litoral gaúcho, nas bacias dos principais rios (Uruguai e Guaíba) e nas Lagoas dos Patos e Mirim, abrangendo 60 municípios, através de colaboração na organização de reuniões, seminários e fóruns para os pescadores.

As principais ações de assistência técnicas estão voltadas:

- Ao resgate da cidadania dessa categoria social, através do acesso à documentação do pescador e da pescadora.
- Ao acesso ao crédito.
- Ao ordenamento das áreas de pesca e
- À oferta de inovação tecnológica tanto na atividade de captura como na de processamento do pescado.

Os objetivos da assistência técnica são de:

- Apoiar o aperfeiçoamento da atividade, assistindo os pescadores e as pescadoras, e atendendo as suas demandas, na organização e na comercialização do pescado.
- Promover ações voltadas à organização da mulher pescadora.
- Realizar cursos de formação das pescadoras(es) bem como dos extensionistas pesqueiros.
- Apoiar a organização de pequenas unidades agroindustriais.

Tabela 6 - Metas previstas: Pesca artesanal

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade/Famílias de pescadores total na atividade	municípios/ famílias	60 / 9.887
Famílias de pescadores assistidas	famílias	3.441
	captura de peixe (t)	19.370
Assoc./Coop./Colônia de pescadores	entidades	82
ATER em pesca artesanal	pescadores	3.525
Comercialização direta ao consumidor	pescadores	1.146
	produção comercializada (t)	2.560
Comercialização mercado institucional	entidades	17
	produção comercializada (t)	95
Ordenamento pesqueiro	pescadores	1.542

2.2.1 OUTRAS CRIAÇÕES AGREGADAS

Neste item, estão incluídas outras atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam a Apicultura, a Avicultura Colonial, a Bovinocultura de Corte, a Ovinocultura e a Suinocultura.

❖ Apicultura

A EMATER/RS-ASCAR planeja trabalhar com apicultura em 251 municípios. Apesar de o RS ser o principal estado produtor de mel do Brasil, ainda enfrenta grandes deficiências técnicas e baixa produtividade, em especial quanto à estrutura de produção (tipos de colmeias, etc.), manejo inadequado (falta de limpeza das colmeias, alimentação deficiente no inverno, falta de troca de rainhas velhas).

O trabalho em apicultura no ano de 2014, na EMATER/RS-ASCAR terá como objetivo:

- O associativismo, buscando organizar os apicultores para a compra coletiva de insumos e a venda do produto.
- Melhoria no manejo das colmeias e na alimentação suplementar.
- Participação na organização do Seminário Estadual de Apicultura de 2014, em Ivoti/RS.

Tabela 7 - Metas previstas: Apicultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	251
Apicultores nos municípios/ colmeias	famílias/ colmeias	12.912 / 239.931
Apicultores assistidos/ colmeias		2.950 / 84.073
Manejo das colmeias		2.671 / 66.118
ATER Associações/ Cooperativas	produtor/ entidades	1.528 / 92
Comercialização	produtor/ t produção	1.903 / 5.975

❖ Avicultura Colonial

Tabela 8 - Metas previstas: Avicultura colonial

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	119
Avicultores nos municípios/ aves	produtor/ t carne/ ovos	46.768 / 171.337 / 9.961.807
Avicultores assistidos/ aves		2.392 / 41.372 / 4.170.480
Manejo da criação	produtor	2.239
Comercialização carne	produtor/ t carne	360 / 40.419
Comercialização ovos	produtor/ dz ovos	531 / 3.942.950

❖ Suinocultura

Tabela 9 - Metas previstas: Suinocultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	88
Produtores na atividade/ rebanho nos município	produtor/ rebanho	22.760 / 2.873.998
Produtores/ rebanho assistidos		1.485 / 1.002.897
Manejo do rebanho	produtor	580 / 117.615
Manejo adequado dos dejetos na forma líquida e sólida	produtor/ cabeça	1.207 / 993.217
Construção/ reforma de estrumeira		76 / 31.790
Construção/ reforma de pocilga		116 / 19.205
Melhoramento do rebanho	produtor/ reprodutores introduzidos/ selecionados	56 / 1.094

2.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO VEGETAL

Neste item, estão incluídas as principais atividades relacionadas aos cultivos planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais destacamos os grãos produzidos no Estado (milho, feijão, trigo e soja), os sistemas agroflorestais (SAF), a silvicultura, a fruticultura, a olericultura e outras atividades relacionadas à produção agrícola.

❖ Milho

A EMATER/RS ASCAR atuará na cultura do milho em 415 municípios, atendendo mais de 28.176 mil agricultores, com uma expectativa de produtividade média destes agricultores assistidos em torno dos 6.140 kg/ha.

Será dado destaque a realização de uma campanha visando o Controle Biológico das Lagartas do Milho, a ser realizada em todas as regiões administrativas da EMATER/RS-ASCAR, com um alcance aproximado de 8.500 ha monitorados.

As principais ações para atingir estas metas são:

- Manejo adequado dos solos, da rotação de culturas.
- Adoção de práticas de controle biológico.
- Organização da 59ª Reunião Técnica Anual do Milho.
- Capacitação dos técnicos que atuam nas principais regiões produtoras.
- Conscientização do produtor em relação à importância da secagem e armazenamento adequado.

Tabela 10 - Metas previstas: Milho

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	415
Produtores na atividade		216.574
Produtores a serem assistidos		28.176
Manejo convencional	ha	159.651
Manejo de base ecológica		6.465
Milho silagem		58.186
Controle biológico de lagartas	produtores / ha	3.142 / 8.512
Irrigação	produtores	354

DESTAQUE

- Adoção de práticas de controle biológico das lagartas do milho.
- Ações de conscientização da importância da Secagem e Armazenagem adequada de grãos.

❖ Feijão

As atividades com a cultura do feijão serão desenvolvidas em 160 municípios, atendendo 5.400 agricultores.

As principais atividades desenvolvidas visam melhorar a produtividade média através:

- Introdução de novas sementes de variedades incluídas no zoneamento agrícola.
- Instalação de Unidades Demonstrativas e realização de dias de campo nas mesmas.
- Capacitação contínua de técnicos que atuam nas principais regiões produtoras, executadas por pesquisadores da EMBRAPA de Pelotas.
- Organização da comercialização nos principais municípios produtores.
- Divulgar e conscientizar o produtor em relação à importância de obedecer ao zoneamento agrícola.

Tabela 11 - Metas previstas: Feijão

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	160
Produtores na atividade		35.027
Produtores a serem assistidos		5.438
Manejo convencional	ha	5.553
Manejo de base ecológica		1.861
Irrigação propriedades	nº	70

DESTAQUE

- Instalação de Unidades de Observação de Feijão, em Parceria com a EMBRAPA Clima Temperado, de Pelotas.
- Implantação de Irrigação em 70 propriedades produtoras de Feijão.

❖ Trigo

As atividades de Extensão Rural enfatizarão a margem de contribuição da atividade para o estabelecimento agropecuário, considerando a tradição da agricultura gaúcha de um processo de rotação com cultivos de verão, especialmente a soja.

As principais atividades a serem desenvolvidas visam melhorar a produtividade média do trigo dos 4.469 agricultores assistidos em 80.605 ha, através de:

- Conscientização do produtor em relação à importância e à qualidade de grão (IN n° 38).
- Aperfeiçoar os sistemas produtivos para melhorar a qualidade do solo.
- Manejo de pragas e moléstias.
- Cultivares recomendados.
- Elaboração de orçamento de custeio ou verificação das despesas operacionais.
- Comercialização e instrumentos de apoio como o PEP e Contratos de Opção de Venda.
- Divulgar e conscientizar o produtor em relação à importância de obedecer ao zoneamento agrícola.

Tabela 12 - Metas previstas: Trigo

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	199
Produtores na atividade		29.675
Produtores a serem assistidos		4.469
Manejo convencional	ha	77.026
Manejo de base ecológica		764

❖ Soja

A ATERS para a cultura da Soja visa melhorar a produtividade média dos 15.000 produtores assistido, em uma área de 320.000 ha, nos 275 municípios produtores.

A atuação, para tal atingimento, atenderá as práticas de:

- Manejo adequado dos solos e rotação de culturas.
- Redução de perdas na colheita.
- Adoção do controle biológico e monitoramento de pragas.
- Cobertura do Solo.
- Redução do uso de agrotóxicos.
- Capacitação e atualização dos técnicos que atuam nas principais regiões produtoras.

Tabela 13 - Metas previstas: Soja

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	275
Produtores na atividade		98.538
Produtores a serem assistidos		14.906
Manejo convencional	ha	320.856
Manejo de base ecológica		1.868
Irrigação		1.024

DESTAQUE

- Implantação de 25 unidades de monitoramento de pragas.
- Ações de redução do uso de agrotóxicos.
- Implantação de cobertura do solo no controle de plantas daninhas.

❖ Sistemas Agroflorestais

Os sistemas agroflorestais são sistemas de produção que buscam integrar o componente arbóreo aos sistemas agrícolas, de produção animal e de fruticultura, com vistas à produção de forma escalonada de alimento, madeira e energia, de acordo às demandas e às condições dos agricultores familiares nas diversas regiões do Estado e, ainda, aumentar a resiliência dos sistemas de produção de forma a contribuir para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A atividade de Sistemas Agroflorestais na EMATER/RS-ASCAR desenvolve ações com vistas à implantação de unidades para a validação de sistemas agroflorestais e silvipastoris que contribuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Através da Rede Temática em Sistemas Agroflorestais, a EMATER/RS-ASCAR busca oportunizar aos técnicos realizar visitas a experiências, participar de cursos e eventos sobre sistemas agroflorestais e silvipastoris, como estratégia para a capacitação técnica.

Prevê-se a implantação de duas unidades demonstrativas em sistemas agroflorestais nos Centros de Formação de Agricultores de Montenegro e Canguçu, nos Escritórios Regionais de Porto Alegre e Pelotas, respectivamente.

Está programada, para 2014, a realização de um curso teórico/prático sobre sistemas agroflorestais para técnicos da EMATER/RS-ASCAR, para ATR de Manejo de Recursos Naturais que se inscreverão por demanda e técnicos da região da quarta colônia. O curso terá três módulos, um módulo inicial presencial e dois módulos à distância.

Tabela 14 - Metas previstas: Sistemas agroflorestais

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	41
Produtores na atividade		335
Produtores a serem assistidos		335
Sistemas Agroflorestais	ha	1.147,60

Tabela 15 - Metas previstas: Sistemas silvipastoris

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	62
Produtores na atividade		254
Produtores a serem assistidos		254
Sistemas Silvistoris	ha	819,50

DESTAQUE

- Curso teórico-prático, semipresencial, sobre sistemas agroflorestais para ATR e técnicos da Quarta Colônia, ESREG de Santa Maria.

❖ Silvicultura

No estado do Rio Grande do Sul as florestas ocupam 6,4 milhões de hectares, aproximadamente 22,7% do território gaúcho. As florestas nativas totalizam 5,67 milhões de hectares (20,1%) e as florestas plantadas 738 mil hectares (2,6%). As espécies florestais mais plantadas são o eucalipto com 301.260 ha, o pinus com 263.360 ha e a acácia-negra com 174.150 ha, além do pinheiro-brasileiro e da erva-mate, nativas plantadas em menor área, todas com grande potencial de incremento de área cultivada e produção.

A silvicultura, no Estado, é atividade rural geradora de renda e sustento para aproximadamente 40.000 famílias. Essa cadeia produtiva de base florestal é responsável pela geração direta e indireta de cerca de 300.000 empregos, dos quais 39 mil apenas no setor moveleiro.

O RS é o maior produtor de casca de acácia-negra para produção de tanino, conta com duas grandes indústrias químicas de derivados do tanino e uma indústria de processamento de resina obtida de Pinus, gerando 30% da resina de pinus produzida no país.

Aproximadamente 20.000 estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte utilizam matéria-prima florestal madeireira para seus processos e operações, tais como: tábuas, madeira serrada, forros, postes, moirões, escoras, estacas, carvão vegetal e lenha.

Entre as particularidades da cadeia produtiva, o Rio Grande do Sul destaca-se como o maior produtor e consumidor de lenha do país, especialmente para secagem de grãos, fumo, uso em caldeiras de sistemas industriais e uso doméstico.

A produção de carvão vegetal oriundo de florestas plantadas, atividade predominantemente desenvolvida pela agricultura familiar, como complemento de renda, envolve cerca de 2.500 fornos e 900 famílias, que abastecem o mercado gaúcho de carvão para churrasco.

A crescente demanda mundial, aliada à competitividade da indústria nacional de celulose, favorece novo ciclo de expansão. A indústria brasileira de celulose prevê investimentos de R\$ 20 bilhões nos próximos dez anos, destinados à ampliação da base florestal e ao aumento da produção de celulose.

A implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e de recuperação de áreas degradadas, com vistas às metas propostas pelo Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) constitui-se numa oportunidade de diversificação com plantio de árvores produtivas.

Os objetivos da atividade com o público beneficiário são:

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades florestais em todos os regionais, intervindo quando necessário para alcançar as metas planejadas.
- Apoiar a realização de eventos estaduais e regionais que promovam a inclusão da Agricultura Familiar na cadeia produtiva de base florestal, tais como: EXPOINTER, AGROSHOW, EXPOAGRO-AFUBRA, EXPODIRETO e Feira da Floresta, em parceria com a SDR, SEAPPA, SEMA/FEPAM, FEPAGRO, AGEFLOR, FAMURS, EMBRAPA e outras instituições parceiras ligadas ao setor florestal do Estado.
- Promover a capacitação e atualização dos ATR e, por extensão, aos técnicos municipais, sobre o Novo Código Florestal Brasileiro e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em parceria com o DEFAP/SEMA e SENAR.
- Desenvolver ações conjuntas com o Programa Biodiversidade, tendo em vista a instalação de Unidades Demonstrativas (UD) sobre sistemas agroflorestais e produção de material técnico educativo.
- Apoiar o desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Base Florestal em parceria com AGEFLOR, FAMURS, SINDIMATE, FEPAGRO, EMBRAPA, SINDIMADEIRA, entre outras instituições, a fim de consolidar a participação da Agricultura Familiar dentro deste ciclo virtuoso.
- Representar a EMATER/RS-ASCAR no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBEMA).
- Representar a EMATER/RS-ASCAR na Câmara Setorial da Silvicultura.
- Representar a EMATER/RS-ASCAR na Câmara Setorial da Erva Mate.

Tabela 16 - Metas previstas: Silvicultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	132
Produtores na atividade e área cultivada total	produtores/ ha	25.251 / 539.899,47
Municípios, produtores e área a assistir		132 / 2.510 / 9.430,32
Plantio e manejo - agroflorestal		335 / 1.147,60
Plantio e manejo - silvipastoril		254 / 819,50
Plantio e manejo de exóticas		1.799 / 7.646,00
Plantio e manejo de nativas		456 / 224,28
Viveiros florestais	nº	50

❖ Fruticultura

A fruticultura no Rio Grande do Sul é uma atividade que tem importância econômica para aproximadamente 45.000 produtores rurais. Estima-se que sejam cultivados aproximadamente 138.000 hectares com espécies frutíferas, produzindo ao redor de 2.500.000 toneladas de frutas.

A EMATER/RS-ASCAR coordena a execução das principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar e que envolvem a fruticultura no Estado. São cultivadas, com fins comerciais, em torno de 32 espécies de frutas no Estado.

O grande estoque de vinho no mundo e também no Brasil, bem como a dificuldade de comercialização de suco de laranja no mercado internacional, tem pressionado o mercado e provocando a queda dos preços destes produtos, freando a expansão dessas duas principais frutas no Estado. Alguns produtores gaúchos tiveram dificuldade de comercializar tanto a uva, quanto a laranja nas três últimas safras.

Como a laranja e a uva, junto com a maçã, são as principais frutas produzidas, isso gerou uma parada no crescimento da área cultivada, que apresentava tendência de aumento, na última década.

Os cultivos da Nogueira Pecã e da Oliveira foram os que apresentaram maior crescimento, mas mesmo assim, suas áreas ainda são pouco expressivas se comparadas às videiras e laranjeiras.

Coordenar a execução do programa estadual de Fruticultura, oferecendo aos produtores informações que permitam explorar mais uma atividade como opção de diversificação dos rendimentos, bem como atender o consumo do Estado e exportar frutas para as demais unidades da federação, daquelas espécies que as condições ambientais permitem que sejam produzidas aqui, são os objetivos da ação com o público atendido.

Tabela 17 - Metas previstas: Fruticultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	420
Produtores convencionais assistidos		18.500
Produtores agroecológicos assistidos		4.200
Produção convencional	ha	35.500
Produção de base ecológica		3.200
Plantio de novas áreas		1.470

DESTAQUE

- Atualização do levantamento trienal de dados da fruticultura comercial do RS, para basear a elaboração das políticas públicas do Estado.
- Execução de projetos, com recursos do FEAPER, e assistência técnica à implantação de cem pomares - Unidades Demonstrativas de Fruticultura - no programa coordenado pela SDR e executado pela EMATER/RS-ASCAR.

❖ Olericultura

A atividade Olerícola é extremamente dinâmica e requer permanente atualização dos profissionais e produtores que atuam na área, a fim de conseguir acompanhar a exigência do mercado. A produção, embora esteja mais concentrada nos polos: Serra, Região Metropolitana de Porto Alegre, Região de Lajeado, arredores de Pelotas e Santa Maria, aos poucos se expande por todo o Estado buscando atender redes de supermercados, mercados regionais e os municípios de maior concentração urbana.

A crescente demanda e exigência de maior qualidade, pelos consumidores, tem acirrado a concorrência para os produtores gaúchos, em especial os das hortaliças não folhosas. Em relação àquelas menos perecíveis como: tomate, cenoura, beterraba, melão, melancia e abóbora/moranga, chuchu, ervilha, vagem, mandioquinha-salsa, pepino e pimentão, há uma dependência bastante significativa de importações de outros Estados do país, durante vários meses do ano, em especial de São Paulo (CEAGESP). Outras Olerícolas como cebola, alho, batata, além da concorrência nacional, há forte entrada de produtos importados, em especial Alho, da China e Argentina, e cebola da Argentina.

O volume de produzido de Olerícolas, de maneira geral, tem crescimento contínuo, em função do crescimento da área cultivada e, principalmente, devido ao aumento da produtividade das espécies cultivadas, graças à evolução genética e à tecnologia empregada.

Estima-se que no Rio Grande do Sul são cultivados ao redor de 69.000 ha por cerca de 35.000 produtores, sendo que destes a produção em ambiente protegido tem sido crescente. Em 2014 está prevista a atualização dos dados do Levantamento Da Produção Olerícola Comercial Do RS, pela EMATER/RS-ASCAR, o que oferecerá uma série de informações de qualidade acerca da produção Olerícola do RS.

Os objetivos da atividade com o público beneficiário são:

- Melhorar a qualidade da produção no RS permitindo, assim, uma melhor competição com os produtos importados, bem como contribuindo para uma maior segurança alimentar aos consumidores gaúchos.
- Incorporar ao processo produtivo boas práticas agrícolas de forma contínua e gradativa, diminuindo a possibilidade de contaminações químicas ou biológicas das hortaliças, através da metodologia tradicional de ATERS.
- Buscar o abastecimento do Estado com produtos que podem ser produzidos aqui, em determinadas épocas do ano, e que, ainda, temos grande dependência de importação.
- Levar informações técnicas e orientações sobre exigências legais aos produtores, especialmente em relação àqueles requisitos indispensáveis para a produção de alimentos de qualidade.

Tabela 18 - Metas Previstas: Olericultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	331
Produtores na atividade/ Área na atividade		33.684 / 22.572
Produtores / Área assistida		7.017 / 8.218
Comercialização		5.058
Irrigação	produtor/ ha	2.974 / 4.518
Manejo convencional		4.314 / 7.073
Manejo de base ecológica		4.087 / 1.287
Emissão de declarações à CEASA, PNAE e outros	Nº	3.440

DESTAQUE

- Estabelecimento de ações prioritárias para qualificação técnica dos produtores que atuam em Olericultura.
- Organização e acompanhamento de exposições e feiras municipais, regionais e nacional de tecnologias de produção, armazenamento e embalagem de produtos, para facilitar as etapas da cadeia produtiva e orientar os produtores e os consumidores que visitarão estes eventos.

2.2.1 OUTRAS ATIVIDADES AGREGADAS

Neste item, estão incluídas outras atividades planejadas pela EMATER/RS-ASCAR, entre as quais se destacam a floricultura, a agroenergia, o arroz irrigado e a mecanização agrícola.

❖ Floricultura

Tabela 19 - Metas previstas: Floricultura

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	49
Produtores a serem assistidos		222

❖ Agroenergia: Cana-de-açúcar, Mandioca, Canola, Girassol

Cana-de-açúcar

Tabela 20 - Metas previstas: Cana-de-açúcar

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	104
Produtores a serem assistidos		1.238
Manejo convencional	ha	1.328
Manejo de base ecológica		610
Introdução de novas cultivares	nº produtores	171

DESTAQUE

- Instalação de unidades de produção de mudas.

Mandioca

Tabela 21 - Metas previstas: Mandioca

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	119
Produtores a serem assistidos		3.346
Manejo convencional	ha	1.279
Manejo de base ecológica		2.179
Comercialização	nº produtores	974

DESTAQUE

- Apoio à comercialização.

Canola

Tabela 22 - Metas previstas: Canola

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	22
Produtores a serem assistidos		95
Manejo convencional	ha	2.183

DESTAQUE

- Comercialização e preço.

Girassol

Tabela 23 - Metas previstas: Girassol

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	2
Produtores assistidos		12
Manejo convencional	ha	480

❖ Arroz Irrigado

Tabela 24 - Metas previstas: Arroz irrigado

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	66
Produtores a serem assistidos	produtor/ ha	1.078 / 25.930
Manejo convencional da cultura irrigada		777 / 20.000
Manejo da cultura em sequeiro		37 / 8
Manejo da cultura de arroz em base ecológica		67 / 700
Plantio de arroz sistema pré-germinado		435 / 9.500
Plantio de arroz sistema semidireto		242 / 8.600
Colheita		87 / 3.938

❖ Mecanização Agrícola

Tabela 25 - Metas previstas: Mecanização

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	60
Produtores a serem assistidos em regulagem de máquinas e equipamentos		1.643
Regulagem e manutenção de máquinas e equipamentos		2.030

2.3 AÇÕES ESPECÍFICAS COM FOCO EM AGROECOLOGIA, TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E MANEJO DE SOLO E ÁGUA

Este item destaca as ações relativas à conservação do solo e da água e à agricultura de base ecológica e as ações com plantas bioativas, medicinais, aromáticas, condimentares e plantas alimentícias não convencionais (PANC).

❖ Conservação de Solos e Água

Desde os anos 1960 a EMATER/RS-ASCAR vem desenvolvendo ações em diversos programas e projetos de Melhoramento da Fertilidade e de Uso, Manejo e Conservação do Solo no Rio Grande do Sul. Essas ações resultaram na redução da erosão, aumento da produtividade das culturas e avanços na conservação do meio ambiente. Atualmente, 80% da área de cultivo de sequeiro é realizada sob sistema de plantio direto, sem terraceamento e com baixa cobertura de solo. A ausência de terraços e o cultivo, no sentido do declive, estão impedindo a retenção parcial ou total das enxurradas e diminuindo a infiltração e o armazenamento de água no solo. A baixa produção de resíduos culturais proporcionada, principalmente, pela ausência da rotação de culturas e baixa qualidade das plantas recuperadoras, pastoreio intensivo no sistema integração lavoura pecuária e na atividade leiteira são algumas causas que estão acelerando o processo de degradação do solo, causando adensamento, redução na infiltração de água e aumento nas perdas de água, nutrientes, matéria orgânica do solo e deficiências hídricas no solo em períodos curtos de estiagem, consequentemente influenciando na baixa produtividade das culturas.

As ações da ATERS objetivam:

- Desenvolver ações para qualificar a agricultura conservacionista no Rio Grande do Sul.
- Aperfeiçoar os sistemas produtivos para melhorar qualidade do solo, através da readequação do terraceamento no sistema de plantio direto, correção da acidez e fertilidade, emprego de plantas recuperadoras de solo, rotação de culturas e produção de resíduos culturais.
- Qualificar o sistema de manejo das pastagens, na integração lavoura pecuária.
- Capacitar técnicos, agricultores familiares, lideranças formais e informais do estado do Rio Grande do Sul.

A atuação atenderá, preferencialmente, o público da agricultura familiar, lideranças formais e informais do meio rural, técnicos da EMATER/RS-ASCAR e técnicos de cooperativas, associações e empresas do Rio Grande do Sul. As ações serão desenvolvidas em 445 municípios e contará com a colaboração do MDA, MAPA, Universidades Federais do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas), UNIPAMPA, Institutos Federais, Universidades Privadas, como UNIJUÍ, URCAMP e UPF, Colégios Agrícolas, entidades de pesquisa EMBRAPA, FEPAGRO, cooperativas regionais, FETAG, FETRAF, MPA e empresas privadas.

A estratégia é dar continuidade e fortalecer os 12 Grupos Regionais de Solo e Água, com participação das entidades listadas na abrangência do projeto e mais a participação do Núcleo da Região Sul da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, para qualificar a agricultura conservacionista no RS, através da instalação de Unidades Demonstrativas (UD) e de Referência, da realização de debates, cursos para técnicos e agricultores, dias de campo, reuniões com Assistentes Técnicos Regionais (ATR), técnicos municipais e agricultores, visitas e contatos aos agricultores. Bem como obter a participação do ensino e pesquisa na transferência de tecnologia. Como apoio, serão elaborados materiais técnicos educativos, como cartazes e folders, visando melhorar as condições físicas, biológicas e químicas do solo, reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar a produtividade das culturas.

As ações de conservação de solo, desenvolvidas nos 445 municípios, atingirá 27.829 agricultores, para adoção das práticas mecânicas de contenção de enxurradas, descompactação do solo, melhoramento cobertura do solo, controle de máquinas e lotação de animais controlada, correção acidez e fertilidade e adubação adequada.

Tabela 26 - Metas previstas: Conservação de solos e água

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	445
Produtores a serem assistidos		31.534
Mecânicas de contenção de enxurradas	produtor/ ha	27.829 / 295.662
Descompactação do solo		3.319 / 27.754
Melhoramento cobertura do solo		15.861 / 128.629
Tráfego de máquinas e lotação de animais controlada		2.344 / 21.830
Correção da acidez, fertilidade e adubação		18.797 / 155.336

DESTAQUE

- Melhoria da qualidade do solo e da água e redução da poluição ambiental, com ações integradas de uso, manejo e conservação do solo.

❖ Agricultura de Base Ecológica

A EMATER/RS-ASCAR atua no segmento de produção orgânica, ou ecológica, desde a década de 80, através da assistência técnica e extensão rural e social (ATERS), junto aos(as) agricultores(as) familiares, jovens e suas organizações. Fundamenta suas ações na orientação de práticas de conversão de sistemas de produção convencional para sistemas de produção orgânica (também denominados de base ecológica), englobando nessa classificação as atividades de transição e de redesenho/conversão de unidades para produção orgânica certificada e realizando abordagem nas suas diferentes dimensões: econômica, social e ambiental. Nesse contexto assume caráter estratégico a execução do projeto Produção Agroecológica e Sustentável (PAIS), desenvolvido em 17 municípios de três regiões administrativas da EMATER/RS-ASCAR, totalizando 135 famílias beneficiadas do público da inclusão produtiva, conversão do tabaco, crédito fundiário e sucessão familiar. Classificada como uma tecnologia social, o PAIS tem como objetivo solucionar problemas sociais a partir de alternativas que atendam aos quesitos de: simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reaplicabilidade e de comprovado impacto social.

A extensão rural operacionaliza sua ação através da promoção de eventos que congregam agricultores, pecuaristas familiares, técnicos, pesquisadores, estudantes e outros, para motivar e informar sobre as diferentes formas de produção de alimentos de origem vegetal ou animal com base na ciência agroecológica, entendida como um enfoque científico, teórico, prático e metodológico, baseada em diversas áreas do conhecimento. Também se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural.

A atuação objetiva:

- Desenvolver ações de orientação para extensionistas e agricultores sobre a agricultura de base ecológica.
- Estimular a recuperação e preservação da biodiversidade.
- Buscar a integração interinstitucional com as entidades e organizações potencialmente parceiras no trabalho voltado à promoção dos princípios da Agroecologia.
- Atualizar de forma permanente os extensionistas dos escritórios regionais e municipais, com informações no campo da Agroecologia.
- Promover a participação de extensionistas e agricultores em eventos sobre Agroecologia.
- Participar como membro efetivo da Comissão de Produção Orgânica do estado do Rio Grande do Sul (CPOrg-RS).
- Estimular processos de certificação solidária de grupos de produtores de base ecológica, atendendo exigências da legislação vigente.

- Estimular a adoção de práticas de controle biológico (ver meta milho).
- Apoiar processos de transição e conversão para Sistemas de Base Ecológica, envolvendo 21.600 agricultores da Chamada da Sustentabilidade e 1.100 famílias da Chamada da Agroecologia.

Tabela 27 - Metas previstas: Agricultura de base ecológica

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade		358
Ações de assistência à agricultores de base ecológica na produção de grãos, olericultura, fruticultura e criações	nº	13.365
Elaboração de projetos de crédito para criações de base ecológica		230 / 229
Elaboração de projetos de crédito para cultivos de base ecológica e para transição de cultivos convencionais	produtores/ projetos	409 / 397
Organização de produtores orgânicos para adequação à legislação	grupos/ produtores	120 / 668
Capacitar na promoção da agricultura de base ecológica e legislação pertinente	evento/ extensionista	6 / 150
Capacitar agricultores em temas da transição agroecológica, conversão em Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária e Agroextrativista Sustentável	agricultores	1.500
Qualificar a produção e comercialização das unidades PAIS nos 17 municípios do Estado	nº de PAIS	135
Realizar o XIV Seminário Estadual e XIII Seminário Internacional de Agroecologia	extensionista/ agricultor	100 / 100
Abastecimento local/regional – produção em base ecológica	feiras / produtores	241 / 1.028
Incentivar a Sistematização de Experiências no campo da Agroecologia		
Colaborar na edição da revista “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”		

DESTAQUE

- Desenvolvimento de ações do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica (PABE), coordenado pela SDR/Governo do Estado.
- Ampliação da oferta de alimentos saudáveis para as famílias assistidas, os mercados institucionais e os consumidores em geral.
- Qualificação dos sistemas de comercialização e certificação de orgânicos adotados pelos agricultores familiares de base ecológica.
- Realização do XIV Seminário Estadual e XIII Seminário Internacional de Agroecologia.

❖ Plantas Bioativas: Medicinais, Aromáticas, Condimentares e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)

A EMATER/RS-ASCAR, compreendendo a importância social e econômica do tema, tradicionalmente tem desenvolvido junto ao público assistido ações que enfocam os aspectos antropológicos, pedagógicos, ecológicos, econômicos e terapêuticos relacionados ao uso e conhecimento das plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Tal saber, fortemente arraigado na cultura popular, constitui-se em um patrimônio imaterial das comunidades onde estas são utilizadas.

A atividade pedagógica e de orientação técnica para produção, estrategicamente, está baseada na prática do Horto de Plantas Bioativas, com destaque ao Relógio do Corpo Humano. O horto tem propiciado a valorização, o aprendizado, o cultivo e a conservação de diferentes espécies desse conjunto de plantas como, também, oportuniza a produção direcionada para consumo familiar e comunitário, permitindo a produção em escala comercial com base nos princípios da agricultura de base ecológica.

Na atividade destaca-se a forte presença de mulher e as parcerias como a: SDR, a EMBRAPA Pelotas, as Secretarias Estaduais e Municipais da Saúde, Meio Ambiente e Educação e Prefeituras Municipais.

Objetivos:

- Estimular a inclusão da fitoterapia como prática de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) amparada pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos e da Política de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.
- Fortalecer e qualificar a assistência técnica ao público beneficiário.
- Desenvolver ações que promovam a valorização, a preservação, o uso e a produção ecológica de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).
- Promover a troca de experiências sobre plantas bioativas.

Tabela 28 - Metas previstas: Plantas bioativas - medicinais, aromáticas, condimentares e plantas alimentícias não convencionais (PANC)

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	311
Pessoas a serem assistidas		24.522
Capacitar e participar da organização da 8ª Reunião Técnica Estadual sobre Plantas Bioativas	técnico/ agricultor	50 / 100
Orientar a valorização, identificação e cuidados no uso de plantas bioativas	peessoas	11.472
Promover a implantação das políticas sobre plantas medicinais e fitoterápicos	grupos/ pessoas	1.038 / 1.630
Orientar a implantação e manutenção de hortos comerciais	horto/ pessoas	50 / 112
Orientar a implantação e manutenção de hortos comunitários	horto/ pessoas	135 / 2.375
Orientar a implantação e manutenção de hortos escolares	horto/ escolares	209 / 6.747

DESTAQUE

- Realização da 8ª Reunião Técnica Estadual de Plantas Bioativas, com entidades parceiras.
- Qualificação de extensionistas rurais e público beneficiário na promoção das Plantas Medicinais, Aromáticas, Condimentares e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).

2.4 PROGRAMAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR, COMERCIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS

Este item abrange as ações relativas à Segurança e Soberania Alimentar (SAN), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), à agroindústria familiar, ao artesanato rural e ao turismo rural, que colaboram para a garantia alimentar das famílias e para a agregação de valor às unidades de produção familiares.

❖ Segurança e Soberania Alimentar (SAN), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo, como base, práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

À SAN integram-se ações que fortaleçam e considerem a Soberania Alimentar, permitindo que o país defina sua política e estratégia sustentável de produção, distribuição e consumo de alimentos garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) a toda população e respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

É nesse sentido que a extensão atua, com base em quatro eixos: acesso aos alimentos, educação alimentar, cidadania alimentar e qualidade dos alimentos.

Tabela 29 - Metas previstas: Segurança e soberania alimentar (SAN), PAA e PNAE

Discriminação	Unidade de medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	462
Produção para o autoconsumo	famílias	41.196
Abastecimento local/regional - produção convencional	feiras*	440
	feiradas**	18.204
	produtores	2.674
Abastecimento local/regional - produção em base ecológica	feiras*	241
	feiradas**	8.661
	produtores	1.028
Participação no mercado institucional - PNAE - fornecedores	famílias	3.934
	grupos	518
	projetos	2.795
Participação no mercado institucional – PAA/ fornecedores	famílias	2.420
	grupos	151
	projetos	284
Educação alimentar e cidadania alimentar	pessoas	48.551
	eventos	2.237
Educação alimentar nas escolas	escolas	1.194
	escolares	101.682
	merendeiras	1.931
Intercâmbio de sementes e mudas crioulas	famílias	5.584

* Unidade de comercialização composta por um grupo de produtores.

** Repetição da feira em dia diferente.

DESTAQUE

- Educação alimentar com foco na valorização e fortalecimento da cultura alimentar.
- Organização de produtores para venda aos mercados institucionais (PNAE, PAA e outros).

❖ Agroindústria Familiar

O processamento de alimentos é uma realidade para milhares de famílias gaúchas e o objetivo principal da política estadual de agroindústria familiar é a formalização desses empreendimentos. No entendimento governamental é a oportunidade para que as famílias do meio rural acessem novos mercados, (como exemplos os programas de aquisição de alimentos e o da alimentação escolar) e, por consequência, melhorem sua renda familiar. Para tanto, foi publicada em 2011 a lei nº 13.921 que institui a política estadual da agroindústria familiar. O programa da agroindústria familiar oferece importantes serviços a partir do momento que as famílias são cadastradas no programa. Hoje o número de agricultores cadastrados chega a 1.560. Famílias, essas, que já estão recebendo assistência técnica da EMATER/RS-ASCAR para sua formalização, somada a um importante processo de formação técnica na área de boas práticas de fabricação, processamento de alimentos e gestão de agroindústrias. O número de agroindústrias inclusas, ou seja, as que apresentaram o licenciamento ambiental e sanitário e cópia do laudo de potabilidade de água chegam a 334 agroindústrias.

A licença ambiental de operação do Programa da Agroindústria Familiar, a possibilidade de comercialização de produtos processados com o bloco de produtor rural e a participação em feiras de expressão nacional e estadual são conquistas do programa, que somadas às conquistas acima mencionadas compõem o cenário favorável à expansão da agroindústria familiar do estado do Rio Grande do Sul.

Os objetivos da EMATER/RS-ASCAR no Programa de Agroindústria é:

- prestar assistência técnica e apoiar os agricultores familiares e públicos específicos na implantação, melhoria e a formalização dos empreendimentos;
- oportunizar formação técnica nas áreas de Gestão, Boas Práticas de Fabricação e Processamento de Alimentos
- orientar a comercialização da produção.

Ações a serem desenvolvidas para o alcance desses objetivos são:

- assistência técnica na elaboração e encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais para implantação e legalização de agroindústrias familiares de origem animal, vegetal e de bebidas;
- formação profissional de agricultores familiares e públicos específicos;
- apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares em feiras, pontos de venda da agricultura familiar, mercados institucionais e mercados atacadistas e varejistas.

Tabela 30 - Metas previstas: Agroindústria familiar

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Assessoramento na comercialização	família/ agroindústria	3.884 / 1.763
Assistência técnica na implantação		2.771 / 905
Assistência técnica na regularização		2.357 / 750
Assistência técnica na operacionalização e boas práticas de fabricação		2.357 / 1.277

DESTAQUE

- ATERS na produção de alimentos de forma segura e de base agroecológica para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável.
- Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização através da promoção da criação de políticas públicas municipais - Programa Municipal de Agroindústria.

❖ Artesanato Rural

As ações em artesanato rural, desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR, além de estimular e promover o desenvolvimento de capacidades artísticas e de resgate cultural do aproveitamento de matérias primas rurais visa proporcionar ao artesão: qualificação profissional, desenvolvimento de técnicas e aproveitamento das matérias primas rurais, busca de mercados para a comercialização dos produtos, inserção da atividade nas políticas públicas e geração de emprego e renda de forma a complementar o orçamento familiar rural, observando a adequação e a legalidade comercial.

A diversidade cultural e as características étnicas diferenciadas proporcionam forte riqueza na elaboração do artesanato. E o artesanato rural não só mantém como principal a atividade laboral agrícola, como complementa a renda familiar, ocupa o mental e oportuniza a inserção social do público beneficiário.

As diversas atividades realizadas entre os Escritórios Regionais e Municipais orientam e oportunizam a participação dos artesãos em feiras locais e regionais visando à comercialização do artesanato e a troca de experiências.

Através da parceria com diferentes instâncias governamentais, órgãos e entidades, a Instituição integra a Câmara Técnica Estadual de Artesanato Rural e Turismo Rural, inserida no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), na busca do reconhecimento e a valorização do artesanato rural. A regulamentação legal do artesanato da agricultura e pecuária familiar à atividade passou a integrar o Plano Safra 2013/2014.

Em 2014, a EMATER/RS-ASCAR desenvolverá ações de artesanato em 358 municípios envolvendo 19.940 pessoas, para proporcionar inserção social, resgate de costumes, técnicas, experiências e aprimorando experiências através de cursos e capacitações técnicas.

Tabela 31 - Metas previstas: Artesanato rural

Discriminação	Unidade de Medida	Meta Total
Municípios com a atividade/ Pessoas a serem assistidas	nº	358 / 19.940
Artesanato Rural	pessoas	4.124
Habilidades Manuais		17.754
Comercialização do Artesanato	artesãos/ pontos de venda	2.788 / 554
Organização	pessoas / organizações	5.205 / 573

❖ Turismo Rural

A EMATER/RS-ASCAR desenvolve ações individuais e coletivas em Turismo Rural visando incentivar o desenvolvimento responsável do segmento, valorizando a cultura e o meio ambiente local, promovendo a integração da comunidade e contribuindo para a consolidação da atividade como fonte de emprego e renda às famílias rurais.

O público assistido é composto por agricultores familiares, quilombolas, assentados e pescadores. As práticas que qualificam os assistidos visam o aprimoramento do bem-receber (hospitalidade), da infraestrutura dos empreendimentos e arredores, a promoção da gastronomia local, a participação e promoção de eventos e a formatação e o aprimoramento de produtos turísticos.

Além das atividades descentralizadas, entre os diversos escritórios regionais e municipais, desenvolvidas no contexto do trabalho em rede, de participação horizontal, a instituição passou a integrar instâncias de governança estratégicas para o desenvolvimento do turismo do Estado: Câmaras Temáticas voltadas à estruturação da Copa do Mundo FIFA 2014 a ser realizada neste ano e Câmara Técnica de Artesanato Rural e Turismo Rural, integrante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

Com importantes avanços no “Turismo do Rio Grande do Sul”, experiências ao longo de 2013, como a aprovação do PL nº 259/2013, instituindo a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo e o Plano Diretor de Turismo do Rio Grande do Sul, a EMATER/RS-ASCAR objetiva integrar-se nas ações de estruturação e qualificação do segmento Rural do Estado. Para tanto, compreende ser importante sua atuação nos seguintes campos: planejamento, pesquisa e aprimoramento científico; comunicação e promoção (incluindo-se aqui o fomento ao acesso aos mercados); políticas públicas; e assistência técnica direta (trabalho de campo).

Em 2014, a instituição irá desenvolver ações em mais de 80 municípios, distribuídos por todas as regiões turísticas do Rio Grande do Sul, prestando trabalhos de extensão a mais de 2.600 famílias. Como ação expressiva planejada para o Estado, emerge a prática voltada aos *eventos referentes a rotas e caminhos*.

Tabela 32 - Metas previstas: Turismo rural

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade/famílias	nº	81 / 2.600
Eventos gastronômicos referentes a rotas e roteiros	eventos/ pessoas	732 / 38.057
Melhoria da infraestrutura na rota turística	estabelecimentos/ famílias	236 / 307
Planos de desenvolvimento Turístico	planos/ famílias	22 / 258
Melhoria no atendimento ao turista	eventos/ famílias	56 / 284
Produtos Turísticos	rotas e roteiros/ produtores	62 / 749

2.5 PROGRAMAS DE APOIO À GESTÃO E AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Este item inclui os programas de reservação de água e irrigação, cooperativismo – Projeto de Extensão Cooperativa e Chamada Pública 04 e 06, crédito rural (PRONAF), seguro agrícola familiar (SEAF) e Programa Troca-Troca de Sementes, que são apoio aos sistemas de produção animal e vegetal e demais atividades da agricultura familiar.

❖ Reservação de Água e Irrigação

A irrigação no estado do Rio Grande do Sul está sendo tratada como um programa de Estado e não mais um projeto de governo. Recentemente foi aprovada na Assembléia Legislativa a lei estadual de irrigação Nº 14.328 de 23/10/2013, que institui a Política Estadual de Irrigação, o Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água, o Conselho Gestor da Política Estadual de Irrigação e o Fundo Estadual de Irrigação.

Os programas estaduais “IRRIGANDO A AGRICULTURA FAMILIAR” E “MAIS ÁGUA MAIS RENDA” buscam incentivar os produtores a construir reservatórios de água e utilizarem os sistemas de irrigação. Estão previstos incentivos para implantação, ampliação e adequação de sistemas de irrigação, em áreas a serem irrigadas, bem como a construção, ampliação, regularização e adequação de açudes e cisternas. Em pouco mais de quatro anos de existências dos programas de irrigação já foi ampliada a área irrigada no Estado gaúcho em mais de 40.000 ha.

O **Programa Estadual de irrigação** tem como objetivo expandir a prática da irrigação entre os agricultores e pecuaristas gaúchos, visando maior estabilidade nas suas produções frente às constantes estiagens que ocorrem no Estado.

O Governo do Estado está oferecendo instrumentos importantes como acesso à licença ambiental e incentivos financeiros para que os produtores rurais invistam em irrigação aumentando com isto a garantia de colheita e renda em suas propriedades. É importante frisar que o Programa Estadual de Irrigação insere-se nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, bem como nas iniciativas de municípios e da União, potencializando ações de diversas instituições públicas e privadas.

As ações da EMATER/RS-ASCAR na atividade visam:

- Elaborar e implantar projetos de irrigação para o “Programa Mais Água Mais Renda” do convênio com a Secretaria da Agricultura e Pecuária e Agronegócio (SEAPA).
- Elaborar e implantar projetos de microaçudes, cisternas e ou irrigação, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), para o “Programa Irrigando a Agricultura Familiar”.
- Elaborar e implantar projetos de microaçudes para o “Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura do Meio Rural”.
- Elaborar e implantar projetos de reservação de água e instalar kits de irrigação para o “Programa Segunda Água”, atendendo o público especial do Brasil Sem Miséria, em convênio com a SDR e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Treinar e capacitar agricultores beneficiários dos Programas de Irrigação do estado do Rio Grande do Sul.
- Treinar e capacitar técnicos da EMATER/RS-ASCAR em elaboração e manejo de projetos de irrigação e de reservação de água.

Tabela 33 - Metas previstas: Reservação de água e irrigação

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios e produtores a serem assistidos	nº	342 / 3.700
Área irrigada assistida	ha	7.800
Projetos de cisternas	nº	300
Projetos de microaçudes		1.500
Projetos de irrigação		2.000
Emissão de laudos de projetos implantados		2.500
Instalação de Kits de Irrigação		2.700
Implantação Unidades demonstrativas de irrigação em pastagens		12
Capacitação de técnicos/produtores		100 / 3.500

DESTAQUE

- Elaboração e implantação de projetos de irrigação e de reservação de água para atender as demandas existentes.
- Instalação de kits de irrigação para público especial de baixa renda.

❖ Cooperativismo – Projeto de Extensão Cooperativa e Chamada Pública 04 e 06

A EMATER/RS-ASCAR é executora do Projeto de Extensão Cooperativa, o PEC-RS. Este plano prevê o suporte para a qualificação da gestão das cooperativas, incumbindo a EMATER/RS-ASCAR de executá-lo. O PEC-RS tem por embasamento a Lei Estadual nº. 13.839, de 05 de dezembro de 2011, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia de Cooperação e cria o Programa de Cooperativismo. O texto da lei prevê ainda o apoio às cooperativas de maneira coordenada, contínua e sistêmica. A EMATER/RS-ASCAR, por sua vez, está atendendo cooperativas com DAP jurídica, ligadas ao universo rural e localizadas em toda a extensão do território do estado do Rio Grande do Sul.

Desde maio de 2013, a EMATER/RS-ASCAR está contratada como entidade executora de serviços de assistência técnica e extensão rural, pelo MDA, para o estado do Rio Grande do Sul, através da escolha de duas de suas propostas técnicas, para Chamadas Públicas 04 e 06 de 2012. As Chamadas Públicas prevêm o atendimento a 92 cooperativas da agricultura familiar, até maio de 2015, para qualificação da gestão, visando o fortalecimento e a inserção das mesmas nos mercados institucionais PNAE e privados.

Os trabalhos do PEC e Chamadas Públicas são executados pelas Unidades de Cooperativismo (UCP) e apoiados pelos extensionistas regionais e municipais onde estão inseridas as organizações. Observa-se a região de atuação de cada equipe e o número de empreendimentos priorizados para a ação de ATERS, respeitando a organização territorial e/ou as organizações sociais em que estão inseridos.

As UCP são compostas por profissionais com formação superior em engenharia agrônoma/medicina veterinária, administração de empresas, ciências sociais, contabilidade, tecnólogos em desenvolvimento rural, analista de mercados e por um assistente administrativo, sendo um deles coordenador da equipe. A composição da UCP pode ser alterada em virtude das necessidades locais das cooperativas. Conta, também, com apoio de uma coordenação e profissionais das áreas das Ciências Econômicas e das Ciências Jurídicas, para apoio aos núcleos (em nível estadual ou regional).

As ações em cooperativismo da EMATER/R-ASCARS, através das UCP, serão desenvolvidas em 200 cooperativas.

❖ Crédito Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Crédito Rural no Brasil é uma das Políticas mais antigas voltadas para a agropecuária. Foi criado em meados da década de 1960. É considerado pela Extensão Rural um importante instrumento de apoio às ações extensionistas, pois contribui de forma efetiva para a formação de infraestrutura produtiva dos agricultores, para o aumento da produção e produtividade, para a melhoria da renda e para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Para a agricultura familiar, o PRONAF, criado em 1996, disponibiliza crédito simplificado e visa o aumento da renda familiar, a criação de novos postos de trabalho e o estímulo à produção de alimentos, possibilitando o acesso a várias modalidades de financiamento.

A ação dos técnicos da EMATER/RS-ASCAR, com a família pretendente ao crédito rural, busca:

- Compatibilizar as ações de assistência técnica e extensão rural e social (ATERS) com a Política de Crédito e a integração com as demais Políticas Públicas, a partir de uma perspectiva sistêmica da unidade familiar de produção.
- Qualificar o crédito rural de modo a melhorar a renda das famílias respeitando e preservando o ambiente.
- Centralizar as ações no princípio básico da integração, confiança, parceria, respeito mútuo entre agricultor, técnico e agente financeiro.
- Contribuir para a transição agroecológica, através da elaboração e execução de projetos de crédito sustentáveis.
- Estabelecer um plano de assistência técnica participativa.

Tabela 34 - Metas previstas: crédito rural - PRONAF

Descrição	Custeio		Total
	PRONAF Agricultura Familiar	Outros	
Projetos (n°)	5.500	1.000	6.500
Valores (R\$ 1.000.000,00)	70,00	40,00	1.140,00

DESTAQUE

- Atenção especial na execução do PRONAF, uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar, com ação dialógica, qualificada, suficiente e oportuna para aumento de renda e a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais.

Descrição	Investimentos					Total
	PRONAF A	PRONAF B	Agricultura Familiar	Mais Alimentos	Outros	
Projetos (n°)	500	500	8.500	8.000	1.000	19.000
Valores (R\$ 1.000.000,00)	8,50	1,10	128,50	660,00	32,00	798,10

❖ Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) foi criado em 2004 pelo Governo Federal, ao amparo da legislação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), do Banco Central do Brasil, atendendo antiga reivindicação do setor e visando minimizar os riscos na produção.

O SEAF promove a utilização de tecnologias, cuidados com o manejo, conservação dos recursos naturais e adoção de medidas preventivas contra as adversidades climáticas. Está vinculado ao financiamento de custeio do PRONAF e ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, agregando nos últimos dois anos a possibilidade de segurar também as parcelas dos financiamentos de investimento.

A EMATER/RS-ASCAR atua preventivamente nessa política, com ações de assistência técnica e extensão rural e social (ATERS) para a correta implantação e condução das lavouras seguradas e, posteriormente, à ocorrência dos sinistros, na realização das perícias, incluindo vistorias a campo e elaboração e encaminhamento dos laudos aos agentes financeiros, visando à indenização aos agricultores atingidos.

❖ Programa Troca-Troca de Sementes

Esse Programa fornece semente de milho de qualidade ao agricultor familiar, de forma subsidiada, através de convênios da SDR com as Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associações de Produtores que ficam responsáveis pelo pagamento das sementes junto ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER).

A partir de 2011, o FEAPER passou a beneficiar também agricultores com sementes de plantas forrageiras de verão e inverno, especialmente, para o Programa Gaúcho de Leite, além de sementes de cebola, batata e milho variedade.

Os objetivos do Programa são:

- Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- O plantio de semente de qualidade.
- A melhoria da produção e produtividade do milho.
- A segurança alimentar e nutricional sustentável das famílias beneficiadas.

Caberá aos escritórios municipais da Instituição:

- Elaborar os “Relatórios de Verificação da Semente Recebida” junto às entidades conveniadas.
- Elaborar os “Laudos de Acompanhamento de Lavouras” junto aos beneficiários e propiciar-lhes a respectiva orientação técnica.
- Elaborar os “Laudos de Frustração de Lavoura de Milho”, quando for o caso.

DESTAQUE

- Ações de fortalecimento a 205.000 agricultores familiares, indígenas e quilombolas, com semente de qualidade e subsídios.

3 INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA NO MEIO RURAL

Este item inclui as ações da EMATER/RS-ASCAR para a inclusão social e produtiva no combate a extrema pobreza e o Programa Brasil Sem Miséria, povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), garantia de direitos – ações socioassistenciais, ATEs em assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário (Chamada Pública 025/2012).

3.1 AÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR PARA A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

❖ Ações da EMATER/RS-ASCAR para combate a extrema pobreza e o Programa Brasil Sem Miséria

Conforme dados do Censo/2010, no Rio Grande do Sul, das 306,6 mil pessoas em situação de pobreza, 106,8 mil delas vivem em áreas rurais. O índice de pobreza extrema (domiciliar per capita inferior a R\$70,00) é de 2,1%, enquanto que no Brasil é de 5,2%. Embora menor, não é menos preocupante, à medida que estas famílias enfrentam diversos obstáculos para garantir seus direitos, a começar pelo acesso físico aos equipamentos sociais, bem como oportunidades, ofertas de serviços públicos e renda. Em muitas situações o extensionista é um agente público que facilita e aproxima o acesso a estas políticas.

A ASCAR é ciente de que é um pressuposto para o Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolver ações de assistência técnica social e de extensão rural de forma sistêmica, gratuita, planejada e continuada atuando realizando busca ativa, acesso a documentação civil, encaminhando ao CadÚnico, assessorando ao acesso à políticas públicas, direitos sociais e socioassistenciais, distribuição de sementes, insumos, ferramentas e animais, melhorias sanitárias domiciliares, ações de educação alimentar e atividades promotora de acesso aos mercados, em mais de 450 municípios.

Sua atuação direta e continuada visa à inclusão social e produtiva, de promoção da segurança e soberania alimentar e qualidade de vida de 15.600 famílias em extrema pobreza, que durante 24 meses, em 267 municípios receberão assistência técnica e social. Destas, para 11.000 famílias estão previstos a aplicação de recursos de fomento e a execução de atividades de

ATERS através do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal, numa ação conjunta do MDA e do MDS, com interveniência da SDR.

Os objetivos da atuação visam realizar:

- Diagnóstico familiar.
- Projeto de estruturação produtiva familiar.
- Ações de ATERS.
- Visitas domiciliares.
- Atividades educativas nas temáticas de formação técnico social para acesso aos direitos e políticas públicas, promoção da qualidade de vida e cidadania.
- Desenvolver habilidades para os projetos produtivos e acesso aos mercados.

Ao final, serão realizadas avaliações coletivas e familiares para percepção de quais foram os avanços alcançados com o esforço da ação.

Tabela 35 - Metas previstas: Inclusão social e produtiva no meio rural

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade/ Famílias assistidas	Municípios / famílias	297 / 15.600
Diagnóstico de famílias para inclusão social e produtiva	famílias	6.972
Elaboração de projetos produtivos		6.810
Distribuição de sementes e mudas crioulas		4.505
Identificação e encaminhamento para inclusão no CadÚnico		1.335
Ações de inclusão social e produtiva		14.083
Intercambio de sementes e mudas crioulas	municípios/ famílias	462 / 5.584
Assessoramento ao acesso à políticas públicas, direitos sociais e socioassistenciais	Municípios /pessoas	342 / 24.215

❖ Povos e Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas)

A EMATER/RS-ASCAR tem como objetivo promover a igualdade racial e étnica no Rio Grande do Sul, através do assessoramento aos indígenas e quilombolas, e suas respectivas famílias e/ou organizações, a fim de garantir os seus direitos específicos e o seu acesso às políticas públicas, visando contribuir no processo de construção do seu próprio desenvolvimento e, portanto, na superação da sua situação de vulnerabilidade social.

Ações a serem desenvolvidas:

- Qualificar o quadro de profissionais da ATER para atuar dentro dos preceitos legais, buscando a igualdade no acesso aos seus serviços e a diferença no atendimento.
- Assessorar as famílias indígenas e quilombolas, e suas respectivas organizações, quanto aos seus direitos como cidadãos brasileiros, bem como os seus direitos como culturalmente diferenciados.
- Apoiar na produção de alimentos para a subsistência e ações de geração de renda das famílias indígenas e quilombolas.
- Apoiar a recuperação do solo de áreas degradadas, uma vez que grande parte da ocupação indígena e quilombola se dão em sobras da colonização ou locais amplamente explorados anteriormente.
- Valorizar seus saberes e suas práticas tradicionais associadas à produção de alimentos e o artesanato.
- Apoiar no diagnóstico da realidade vivenciada pelos povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, por meio de metodologias participativas e dialógicas, a fim de contribuir na construção de alternativas para o seu próprio desenvolvimento.

Chamada Pública de ATER Indígena - MDA

- Realizar 17 atividades (individuais e coletivas), compreendendo o planejamento, a execução, a avaliação e o controle social, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, incremento de renda e à inclusão produtiva de 1.500 famílias indígenas em situação de extrema pobreza.

Acordo de Cooperação PBSM II - MDA

- Realizar atividades individuais e coletivas, compreendendo o planejamento, a execução, a avaliação e o controle social, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, incremento de renda e à inclusão produtiva de 1.500 famílias indígenas em situação de extrema pobreza. Atividade a ser realizada mediante Termo de Cooperação com o Governo Federal, através do MDA e MDS, com a interveniência da SDR.

Tabela 36 - Metas previstas: ATER indígena

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	48
Ações de ATER	pessoas	5.235
Ações de apoio para acesso aos Programas Habitacionais		1.035
Ações de conservação e preservação ambiental		2.940
Ações de resgate e valorização da cultura		2.625
Atividades de geração de renda		2.690
Produção de subsistência		4.500

Tabela 37 - Metas previstas: ATER quilombola

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	46
Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	pessoas	2.760
Ações de apoio para o acesso aos Programas Habitacionais		640
Ações de conservação e preservação ambiental		1.105
Ações de resgate e valorização cultural		1.355
Atividades de geração de renda		750
Produção de subsistência		1.675

❖ Garantia de Direitos – Ações Socioassistenciais

As ações se darão através da oferta de serviços socioassistenciais, da execução de programas voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, geração de oportunidades e renda, articulação com outras políticas, com a finalidade de promover o acesso à políticas públicas, fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação, capacitação de lideranças dirigidas ao público da política de assistência social.

Objetivos específicos:

- Contribuir para a inclusão social e produtiva, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais.
- Ampliar os espaços e oportunidades para o exercício da cidadania bem como o fortalecimento das organizações, autonomia e protagonismo dos usuários.
- Oportunizar capacitações aos empregados da ASCAR responsáveis pelas ações socioassistenciais sobre as políticas públicas voltadas ao público da assistência social.
- Elaborar juntamente com os EM os Planos Municipais e Relatórios de ações socioassistenciais para apresentação junto aos Conselhos de Assistência Social dos 365 municípios do Estado.
- Orientar, qualificar e monitorar os projetos socioassistenciais inscritos nos conselhos municipais de assistência social.
- Promover capacitações para conselheiros dos conselhos municipais de assistência social.

Tabela 38 - Metas previstas: Garantia de direitos – ações socioassistenciais

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	483
Elaboração de Programas Socioassistenciais		372
Elaboração de Relatórios Socioassistenciais		372
Famílias assessoradas	famílias	39.215
Capacitação empregados ASCAR – Programa de Aprendizagem em Rede	peessoas	02 / 800
Emissão e renovação DAP	famílias	20.000
Capacitação para Conselheiros Municipais de Assistência Social	peessoas	25 / 350

❖ **ATES em Assentamentos de Reforma Agrária**

Desde a formação dos primeiros assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, a EMATER/RS (ainda com o nome de ASCAR) sempre esteve presente prestando os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ao público assentado, muitas vezes em parceria principalmente com o INCRA, Governo do Estado e demais entidades envolvidas com a reforma agrária.

Para o ano de 2014 a EMATER/RS está participando de nove contratos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES no Estado do Rio grande do Sul totalizando 42 municípios, 139 assentamentos e 5015 famílias assentadas que serão beneficiadas. A concentração maior de assentamentos ocorre na metade sul do estado.

O objetivo da EMATER/RS no Programa de Reforma Agrária é:

- Prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental para os assentamentos do Rio Grande do Sul, sob sua responsabilidade, desenvolvendo-os como unidades produtivas com garantia de segurança alimentar.
- Inserir os Assentamentos de reforma Agrária no processo de produção sob o viés do desenvolvimento sustentável, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.
- Contemplar no programa de Reforma Agrária a Assistência Técnica e Extensão Rural as famílias excluídas do programa de ATES devido à emancipação/titulação dos seus respectivos lotes.

Ações a serem desenvolvidas:

- Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade.
- Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.
- Viabilizar a promoção de igualdade de gênero, o resgate dos saberes locais e do respeito à diversidade étnica e cultural dos assentamentos que deverão permear todas as ações da EMATER/RS e desempenhar ações de estímulo à compreensão dos direitos especiais da criança, jovens e idosos, com foco de atenção à saúde, à segurança e ao lazer, buscando consolidação da unidade familiar.

- Prestação de assistência Técnica e Extensão Rural a famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária e sob a responsabilidade da EMATER/RS, não integrantes do Programa de ATES, e cujos lotes já se encontram titulados/emancipados pelo INCRA e Governo do Estado.
- Acompanhamento de projetos através da elaboração de laudos de orientação técnica e supervisão creditícia.

Tabela 39 - Metas previstas: ATES em assentamentos de reforma agrária

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidades
Municípios com a atividade	nº	42
Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES	famílias/ assentamentos	5.015 / 139
Assistência Técnica e Extensão Rural a famílias emancipadas.		601 / 15
Acompanhamento, capacitação e implantação dos quintais sustentáveis.	Ações /famílias/ assentamentos	400 / 1.200 / 139
Elaboração de planos e relatórios PAA/PNAE.		18 / 5.015 / 139
Elaboração de planos e relatórios ambientais		18 / 18 / 18
Sistematização de experiências agroecológicas		100 / 100 / 70
Implantação e acompanhamento de Unidades de observação pedagógicas.		
Visitas a realizar	nº	10.030

DESTAQUE

- Intensificação de ações de ATES nas políticas públicas do PAA e PNAE, para inserção do máximo de famílias assentadas no fornecimento de alimentos produzidos nos assentamentos para a merenda escolar e venda direta no programa de aquisição de alimentos do Governo Federal.
- Implantação e acompanhamento de 100 unidades de observação para referência às famílias assentadas e entorno.

❖ Crédito Fundiário (Chamada Pública 025/2012)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é uma política pública que possui três linhas de financiamento ou subprogramas: CAF (Consolidação da Agricultura Familiar), NPT (Nossa Primeira Terra) e CPR (Combate à Pobreza Rural), o que permite aos agricultores(as) familiares e jovens o acesso a recursos financeiros viabilizando a aquisição de terras, instalação de infraestrutura básica e implementação do projeto produtivo.

A EMATER/RS-ASCAR atua na maioria dos municípios do RS, capacitando e assessorando tecnicamente os beneficiários, sendo responsável pela elaboração dos pareceres técnicos dos projetos produtivos, sustentáveis do ponto de vista ambiental e viáveis economicamente, e dos planos de ATER de todas as propostas nesta atividade.

O objetivo do Programa é contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais. O acesso à terra se dará por meio do financiamento para aquisição de imóveis rurais e dos investimentos necessários à sua estruturação.

META:

- Contratação das propostas elaboradas e desenvolvimento dos Planos de ATER.

DESTAQUE

- Acompanhamento dos beneficiários do PNCF, através das ações desenvolvidas pelas chamadas públicas de ATER.

3.2 GÊNERO, JUVENTUDE RURAL, SUCESSÃO FAMILIAR E GERAÇÃO

Este Programa de Apoio a Questão de gênero – mulher rural, juventude rural e sucessão familiar e geração (idosos).

❖ Questões de Gênero – Mulher Rural

As ações de ATERS junto às famílias rurais passam, necessariamente, por uma atenção diferenciada na atuação com as mulheres, com vistas à sua inclusão social, econômica e política.

Com o objetivo de melhorar os rendimentos da população rural e diminuir a desigualdade de gênero no meio rural, diversas políticas públicas foram implantadas nas últimas duas décadas: direito à aposentadoria e à pensão por falecimento do cônjuge ou por invalidez, crédito rural (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), ampliação do acesso às escolas e do número de anos de estudo, auxílio com transporte escolar; políticas assistenciais como Programa Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa da Saúde da Família (PSF), entre outros.

No entanto, ainda que essas políticas sejam, sem dúvida, importantes para a promoção da igualdade de gênero, são ainda insuficientes, frente às grandes demandas e desigualdades. Falta, também, o reconhecimento da importância de aproximar e facilitar o acesso das mulheres rurais às políticas dos setores ligados ao meio rural, contribuindo para o protagonismo delas na unidade produtiva familiar, bem como no desenvolvimento rural local e regional. Ainda, a maioria das políticas específicas para as mulheres rurais são muito recentes e algumas em fase de implantação, dificultando uma avaliação de seus impactos na vida das mulheres.

Nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pode-se destacar a garantia de que planos e programas de ATERS adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e de condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas e que, ainda, apoiem ações específicas voltadas à construção da equidade social e à valorização da cidadania e das categorias sociais, tais como as das mulheres trabalhadoras rurais. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004)

As mulheres rurais e suas organizações desenvolvem atividades significativas na construção do desenvolvimento rural, através da produção de alimentos (*in natura* e processado), na criação de pequenos animais, na preservação da biodiversidade (banco de sementes, manutenção de material genético nas unidades de produção familiar), produção e uso de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Através de práticas tradicionais, contribuem no desenvolvimento da unidade de produção familiar, local e regional. Porém, não é dessa forma que são vistas as atividades realizadas pelas mulheres, mas como um trabalho secundário, não valorizado.

Diante desse cenário, a ATERS tem papel importante a cumprir na sua atuação junto às famílias rurais. Na perspectiva da gestão e do planejamento junto às unidades produtivas, a família é um componente estratégico de observação no conjunto dos sistemas de uma unidade de produção agrícola, das diferentes culturas e dos processos históricos que envolvem o rural. Assim, na perspectiva da promoção da igualdade de gênero se faz necessário reconhecer e valorizar o papel de cada integrante, especialmente das mulheres, no processo de desenvolvimento da unidade de produção familiar, bem como no âmbito local e regional.

Tabela 40 - Metas previstas: Questões de gênero – mulher rural

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	252
Mulheres a serem assistidas		25.094
Acesso à políticas públicas e direitos sociais.		14.394
Acesso aos instrumentos e políticas públicas de produção e comercialização		4.039
Formação para inclusão social e produtiva		12.657
Geração de renda	grupos/ mulheres	916 / 9.122

❖ Juventude Rural e Sucessão Familiar

O público jovem, de 15 a 29 anos, atendido pela extensão rural, é constituído por filhos de agricultores familiares, pescadores, pecuaristas familiares assentados da reforma agrária, indígenas e remanescentes de quilombolas, de todo estado do Rio Grande do Sul.

No Estado existem 2.640.642 jovens (15 a 29 anos). Destes, 336.026 estão no meio rural, o que equivale a 12,07% (Censo IBGE 2010). Os dados estatísticos apontam, ainda, para a masculinização e o envelhecimento no campo.

Em pesquisa realizada por Weisheimer (2009), na agricultura familiar do RS, dos jovens entre 20 e 25 anos, apenas 65,3% pretendem permanecer no campo. Já, entre os jovens adultos (até 29anos) esse percentual chega a 79,9%. Percebe-se que existe, pois, uma progressiva adesão dos jovens, relacionada ao amadurecimento. Cabe destacar que, quando questionados sobre o gosto pela atividade agrícola, a maioria dos jovens gosta. A maior rejeição está entre os adolescentes. A escolha de deixar a agricultura dá-se por incentivo dos pais, que preferem para os filhos projetos fora da atividade agrícola. Soma-se a essa questão as dificuldades de gestão e diálogo em família. Sendo assim, existe, hoje, forte tendência ao afastamento dos jovens do meio rural, motivados pelos pais.

Segundo dados do IBGE (2000), no estado do Rio Grande do Sul, dos jovens que saem do meio rural o maior percentual é constituído por mulheres - 53,3%. Nesse sentido, existe uma forte ameaça para a reprodução da agricultura familiar. A sucessão tende a ser interna, com pouca frequência de adesão à atividade agrícola, por parte de pessoas que não tenham experiência na área.

Os processos sucessórios bem sucedidos devem começar desde cedo, com a socialização para o trabalho em família, aonde as crianças e adolescentes vão adquirindo o gosto, incentivados pelos pais.

Tabela 41 - Metas previstas: Juventude rural e sucessão familiar

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	257
Ações com juventude e sucessão na agricultura familiar	jovens	21.114
Acesso / qualificação e formulação de políticas públicas	jovens	4.000
Participação em redes/ fóruns/ coletivos e outras formas organizacionais de juventude		4.000
Acesso ao trabalho e geração de renda		5.000
Ações de esporte, lazer e inclusão cultural.		18.760
Diagnósticos da realidade local/regional da Juventude Rural		5.000
Projeto Juventude Rural – Missões pela Vida	municípios/ jovens	22 / 2.000
Grupo de Trabalho Juventude e Sucessão- região Santa Maria	eventos /participantes	12/20
Fórum de Juventude região Passo Fundo		8 / 50
Ações com juventude e sucessão nas Metas SDR		
ATERS Agroindústria - inserção da juventude	famílias	100
Leite Gaúcho- inclusão nas capacitações de questões específicas das demandas da juventude.	Jovens	900
ATERS - Produção de base ecológica - enfoque na inserção da juventude. Acompanhamento e monitoramento das famílias assistidas.	famílias	1.000

❖ Geração (Idosos)

O envelhecimento não inicia aos 60 anos, mas, sim, no decorrer de toda a vida. Como qualquer outro cidadão, o idoso do meio rural deve gozar dos benefícios a ele assegurado e garantido pelo Estado, sociedade e família. O direito de usufruí-los está incluso em legislações específicas e aglutinadas no Estatuto do Idoso. Embora o Conselho Estadual do Idoso exista há 25 anos por decreto (Dec. 37.837 de out/1997), passou a ser legislado pela Lei Estadual nº 14.254 de 28/06/2013 e criação do Fundo Estadual do Idoso, com a lei 14.288 de 07/08/2013.

O envelhecimento é constituído pelo acúmulo das interações dos processos sociais, comportamento de vida e características biológicas de cada um. O ser humano precisa manter as funções orgânicas, mentais e intelectuais preservadas, através de hábitos saudáveis de vida.

O objetivo da ATERS, na ação com idosos, é de contribuir para a formação de agentes sociais e formulação de políticas públicas destinadas aos idosos do meio rural, desenvolvendo atividades que visem à promoção do envelhecimento saudável e ativo, nos planos físico, mental, social e cultural, valorizando e capturando sua contribuição para o resgate continuado da memória local.

Nos últimos três anos, a EMATER/RS-ASCAR na sua diversidade de atuação, assessorou 224.039 idosos, em 492 municípios, com uma média de 78.680 idosos/ano (SISPLAN). No ano de 2014, a ATERS irá assessorar, na busca ao acesso aos direitos socioassistenciais e em ações específicas de qualidade de vida e cidadania, 11.135 idosos em 200 municípios.

Tabela 42 - Metas previstas: Geração de idosos

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	200
Idosos assistidos	idosos	11.135
Ações de qualidade de vida		10.600
Acesso aos direitos socioassistenciais		2.493

3.3 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

Este item inclui as ações de educação e promoção da saúde e políticas públicas em saúde.

❖ Educação e Promoção da Saúde

A EMATER/RS-ASCAR busca melhorar a qualidade de vida da população rural por meio de ações de Educação e Promoção da Saúde. Na Educação, preconiza-se que o público assistido adquira e resgate conhecimentos e habilidades sobre a relação saúde-doença e autocuidado, o que impacta na saúde da família, comunidade e no seu bem-estar. Na Promoção da Saúde, as ações contribuem para redução das vulnerabilidades e riscos à saúde, desencadeando processos de equilíbrio saúde-ambiente e de harmonia na vivência e convivência entre as famílias e pessoas.

As ações da Extensão Rural e Social consideram os dados epidemiológicos existentes e são executadas como apoio e integração com o Serviço de Vigilância em Saúde, nos níveis de gestão municipal, regional e estadual. Têm como principais objetivos promover a prevenção das diferentes doenças, orientar sobre os riscos potenciais dos agrotóxicos, e apoiar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), bem como a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Políticas Públicas em Saúde - A participação da sociedade civil se mostra parte deste processo democrático e dos princípios deste sistema. O controle social, que se dá através da atuação junto aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, deve agir para que o Estado garanta o direito à saúde por meio de políticas sociais, ambientais e econômicas, além de manter serviços permanentes para a promoção, proteção e recuperação da saúde, aplicando os recursos na saúde conforme definidos legalmente (12% do orçamento do Estado).

A Extensão Rural tem papel importante a desenvolver nessa área, contribuindo para o fortalecimento do SUS e permitindo que se avance significativamente na execução de políticas públicas de saúde, tendo como principais objetivos:

- Fortalecer os espaços de construção, deliberação e divulgação para execução das políticas públicas em saúde.
- Garantir a participação da extensão rural e promover a do público rural nos espaços representativos de discussão sobre saúde.
- Orientar os extensionistas rurais e seu público assistido, com relação às Políticas de Saúde, SUS e formas efetivas de Controle Social.

Tabela 43 - Metas previstas: Educação e promoção da saúde

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	333
Ações de controle de zoonoses e vetores	pessoas	18.029
Ações de educação (prevenção de DST, câncer, drogas ilícitas, vacinações)		15.895
Ações de educação e prevenção de acidentes		11.641
Ações de promoção da saúde bucal	escolares	3.945
	escolas	215
Ações de promoção da saúde	pessoas	37.156
Políticas Públicas em Saúde – Participação/Representação em Conselhos		
Participação Conselhos Municipais de Saúde	extensionistas	315
Representações Conselhos Municipais de Saúde		193
Representações Conselho Estadual de Saúde		01

DESTAQUE

- Fortalecimento da participação institucional em espaços de discussão das políticas em saúde.
- Promoção da Saúde com foco na Saúde do (a) Trabalhador (a) Rural.

3.4 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental visa ordenar as atividades humanas para que elas não agredam o meio ambiente, utilizem boas práticas agrícolas para melhorar a conservação do solo e da qualidade da água, além de gerar atividades economicamente viáveis.

Fazer gestão ambiental é administrar o exercício de atividades econômicas e sociais utilizando, de maneira racional, os recursos naturais, renováveis ou não.

A gestão ambiental deve visar ao uso de práticas que garantam a conservação e preservação da biodiversidade, a reciclagem das matérias-primas e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais. Fazem parte também do arcabouço de conhecimentos associados à gestão ambiental técnicas para a recuperação de áreas degradadas, técnicas de reflorestamento, métodos para a exploração sustentável de recursos naturais e estudo de riscos e impactos ambientais para a avaliação de novos empreendimentos ou ampliação de atividades produtivas.

A prática da gestão ambiental introduz a variável ambiental no planejamento empresarial e, quando bem aplicada, permite a redução de custos diretos - pela diminuição do desperdício de matérias-primas e de recursos cada vez mais escassos e mais dispendiosos, como água e energia, e de custos indiretos, representados por sanções e indenizações relacionadas a danos ao meio ambiente ou à saúde de funcionários e da população de comunidades que tenham proximidade geográfica com as unidades de produção da empresa. Um exemplo prático de políticas para a inserção da gestão ambiental em empresas tem sido a criação de leis que obrigam a prática da responsabilidade pós-consumo.

À medida que a sociedade vai se conscientizando da necessidade de se preservar o meio ambiente, a opinião pública começa a pressionar o meio empresarial a buscar meios de desenvolver suas atividades econômicas de maneira mais racional.

Este item inclui as ações de educação ambiental e RS Biodiversidade e Geoprocessamento .

❖ RS Biodiversidade e Educação Ambiental

O Projeto RS Biodiversidade abrange 33 municípios (22,5% da área do Estado), onde vivem 1,2 milhão de pessoas, abrangendo quatro áreas determinadas do Rio Grande do Sul, sendo que três delas - Campos da Campanha, Escudo Sul-Rio-Grandense e Litoral Médio - localizam-se integralmente no bioma Pampa, e a Quarta Colônia tem parte de seu território no bioma Mata Atlântica e parte no Pampa, representando uma área de transição entre os dois biomas.

O projeto é formado por três componentes principais: o Componente 1 – Promoção da Biodiversidade em Propriedades Rurais, cuja execução está a cargo da EMATER/RS-ASCAR; o Componente 2 – Apoio ao Gerenciamento da Biodiversidade, cuja execução está a cargo da FEPAM e FZB e o Componente 3 – Gerenciamento do Projeto, está sob responsabilidade da SEMA/RS.

O Componente 1 - Promoção da Biodiversidade em Propriedades Rurais - alia a incorporação da proteção da biodiversidade ao desenvolvimento das cadeias produtivas integradas às comunidades, visando a conservação da biodiversidade e o uso de práticas sustentáveis no ambiente rural. As principais práticas apoiadas são: o manejo rotativo de campo nativo, os sistemas agroflorestais e silvipastoris e agricultura e olericultura orgânica.

Dentro das atividades planejadas no Projeto RS Biodiversidade estão oficinas e cursos para públicos específicos nos temas educação e gestão ambiental e valorização da biodiversidade regional.

Ações previstas em Educação Ambiental e RS Biodiversidade são:

- Realização de 10 oficinas de Educação Ambiental, com carga horária de 8 horas cada.
- Realização de 22 cursos de Educação e Gestão Ambiental e Valorização da Biodiversidade Regional, com carga horária de 24 horas cada.
- Implantação de 307 projetos, em propriedades de agricultores e pecuaristas familiares assistidos, em práticas de manejo rotativo de campo nativo, sistemas agroflorestais e silvipastoris e agricultura e olericultura orgânica.

Tabela 44 - Metas previstas: RS biodiversidade e educação ambiental

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	343
Famílias assistidas		11.913
Eventos de Educação Ambiental	eventos/ participantes	1.482 / 41.094
Elaboração de laudos e vistorias	laudos	1.175
Saneamento ambiental, manejo, preservação e recomposição ambiental	propriedades/ famílias	11.543 / 11.913

DESTAQUE

- Implantação de 307 projetos, em propriedades rurais, utilizando sistemas de produção sustentáveis.

❖ Geoprocessamento

A atividade de Geoprocessamento, na EMATER/RS-ASCAR, desenvolve ações de apoio técnico, fornecendo informações cartográficas para as áreas técnica e de planejamento para o cruzamento de informações, tomada de decisão e elaboração de propostas para a participação em Chamadas Públicas junto ao MDA e INCRA.

O Núcleo de Geoprocessamento assessora e participa diretamente na capacitação de técnicos em ferramentas de geoposicionamento e armazenamento de informações georreferenciadas para os mais diversos fins como: atividades de perícias de PROAGRO, irrigação e formação de bancos de dados com informações georreferenciadas nas UNIOP. Também atende demandas de informações cartográficas da Diretoria e das Gerências Estaduais, principalmente, a Gerência de Planejamento e a Gerência Técnica, para execução dos programas prioritários da EMATER/RS-ASCAR.

Com a demanda de implementação do Novo Código Florestal, a área de geoprocessamento contribui na elaboração de proposta para a capacitação técnica, com vistas à participação da EMATER/RS-ASCAR na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Para o ano de 2014 estão previstos 12 eventos de capacitação de técnicos da Extensão Rural, referentes à ação de implementação do CAR e à elaboração de um Manual Técnico para Diagnóstico Ambiental, através de Geoprocessamento. Além disso, será elaborado um projeto piloto de espacialização de informações técnicas da EMATER/RS-ASCAR, em parceria com a GTI.

Tabela 45 - Metas previstas: Geoprocessamento

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	302
Elaboração de croqui de áreas	produtores/ croqui	11.571 / 12.379
Georreferenciamento de áreas (medição com GPS)	produtores/ croqui	6.968 / 7.343
Elaboração Manual Técnico	nº	01

DESTAQUE

- Capacitação de técnicos nas normas do CAR e Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- Elaboração do Manual Técnico para Diagnóstico Ambiental através de Geoprocessamento.

3.5 CHAMADAS PÚBLICAS

Este item inclui a Chamada Pública da Sustentabilidade, com vistas a prestação de serviços de ATERS.

❖ Chamada Pública SAF/ATER nº 10/2012 – Sustentabilidade

Ao longo dos últimos anos a EMATER/RS tem firmado compromissos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em atenção aos Editais de Chamada Pública nos quais é selecionada. Os seis contratos, no âmbito da Chamada Pública da Sustentabilidade, assinados no decorrer do ano de 2013, com duração de execução de três anos, merecem destaque e têm como objetivo principal a prestação de serviços de ATER para agricultores(as) familiares, considerando o planejamento, execução e avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas ao desenvolvimento sustentável das Unidades de Produção Familiar (UPF).

Após as atividades iniciais destinadas à seleção das famílias, caracterização das propriedades rurais e discussão coletiva quanto aos problemas, soluções e prioridades dos grupos de beneficiários, pretende-se elaborar um Plano Produtivo, Econômico e Ambiental de cada uma das 20.600 UPF a serem atendidas. Para isso serão definidas, individualmente, práticas e atividades em que se direcionem a sustentabilidade dos processos produtivos e o posterior acompanhamento com uso de várias metodologias de ATER. A execução desses contratos ocorre em 100 municípios, pertencentes a 11 regiões administrativas da EMATER/RS e envolve a participação de 284 técnicos de campo.

Tabela 46 - Metas previstas: Chamada pública da sustentabilidade

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	100
Produtores assistidos		20.600
Técnicos cadastrados na atividade		284

Tabela 47 - Outras Chamadas previstas, para execução em 2014

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Chamada do Tabaco	contratos / famílias	3 / 2.400
Chamada do Leite		10 / 5.200
Chamada da Agroecologia		2 / 1.100

4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICOS E AGRICULTORES

Este item inclui a formação de técnicos e a qualificação de agricultores.

❖ Formação de Técnicos e a Qualificação de Agricultores

FORMAÇÃO TÉCNICO SOCIAL:

A formação de recursos humanos na EMATER-RS/ASCAR é uma atividade permanente e de abrangência estadual. Além do processo de capacitação inicial, pelo qual todos os profissionais que ingressam no serviço de ATERS devem passar, existe também a formação técnica e social continuada nas mais diversas áreas de atuação. Essa proposta está atrelada a concepção de ATERS com função extensionista bem definida.

O processo de formação técnico social está estruturado e é desenvolvido por uma equipe formada por um grupo gestor de formação, composto pela Diretoria Técnica, Gerência Técnica, Gerência de Planejamento, Gerência de Recursos Humanos, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Comunicação e das doze Gerências Regionais da Instituição.

META

- Capacitar técnicos por 02 semanas, no ano, nas diversas modalidades e áreas afins.

QUALIFICAÇÃO DE AGRICULTORES:

O Programa de Qualificação de Agricultores objetiva desenvolver, através de cursos e outros eventos de qualificação, a capacidade gerencial dos agricultores nas áreas de produção, transformação e beneficiamento de produtos, com vistas ao incremento da renda e aumento da competitividade, através da agregação de valor à produção e fortalecimento dos processos organizativos.

A EMATER/RS-ASCAR desenvolve as atividades de capacitação em Centros de Formação, em conjunto com entidades e parcerias locais, regionais e estaduais.

Os cursos realizados em Centros de Formação visam também apoiar programas desenvolvidos pela SDR nas áreas de: Leite Gaúcho, Sabor Gaúcho, Agricultura de Base Ecológica e Aquicultura e Pesca.

Os Centros de Formação estão localizados em diferentes regiões do Estado e disponibilizam aos alunos hospedagem e alimentação, visto que o contato, a troca de informações e a convivência durante os mesmos, também fazem parte do processo de aprendizagem. Os cursos têm carga horária média de 40 horas e os alunos pagam apenas valores referentes ao custo da hospedagem, alimentação e material didático, com exceção dos cursos apoiados financeiramente pela SDR.

Nas comunidades, a Extensão Rural utiliza metodologias de capacitação de caráter mais abrangente, tais como: demonstrações de métodos, dias de campo e encontros para divulgar ao público técnicas adequadas e mostrar bons resultados obtidos nos trabalhos individuais nas propriedades.

Tabela 48 - Metas previstas: qualificação de agricultores

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Municípios com a atividade	nº	160
Cursos em Centros para beneficiários	evento/ participante	180 / 2.700
Cursos para técnicos e encontros instrutores		20 / 300
Formação técnico social (capacitação inicial)		30 / 520

5 OUTRAS ATIVIDADES

Este item inclui as ações das áreas da Gerência de Planejamento e Classificação.

❖ Gerência de Planejamento

A Gerência de Planejamento, entre as suas atribuições, tem as seguintes:

- Coordenação do Processo de Planejamento da EMATER/RS-ASCAR – O processo de planejamento das ações de ATERS realizado pela EMATER-RS-ASCAR caracteriza-se por um ser processo interdisciplinar que perpassa as demais instâncias da instituição e pressupõe a participação de todos os atores internos e externos. Envolve os escritórios municipais - que são a base do planejamento -, assessorados pelos Supervisores, Assistentes Técnicos Regionais e Gerências Regionais e apoiados pelas Gerências Técnica e de Planejamento. O Processo de Planejamento compreende diversas etapas desde o diagnóstico rural à definição das prioridades municipais, realizada com a participação dos agricultores, de suas organizações e de parcerias como Prefeituras Municipais, Conselhos Municipais e de Assistência Social, considerando os compromissos assumidos com o governo estadual, federal e com a missão institucional da EMATER/RS-ASCAR.

Para o Processo de Planejamento são disponibilizados formulários de apoio como o estudo de situação, que contém dados econômicos, sociais, ambientais, culturais e institucionais do município. Outro formulário é utilizado para o registro das prioridades planejadas.

Também é acompanhada pela Gerência de Planejamento a execução das atividades planejadas. Tanto as atividades planejadas como as executadas são registradas no Sistema de Registro do Planejamento – SISPLAN – que é um sistema implantado pela própria EMATER-RS-ASCAR numa ação conjunta da Gerência de Informação com a Gerência de Planejamento. É com base no monitoramento dessas informações que são elaborados os relatórios institucionais.

A GPL conta com um Grupo Gestor do SISPLAN, composto por representantes de todos os Escritórios Regionais e da Gerência Técnica, com reuniões periódicas, para monitorar, analisar e planejar adequações ao SISPLAN.

Neste contexto, no ano 2014, os trabalhos a serem realizados pela equipe desta gerência devem envolver atividades de acompanhamento do planejamento institucional como um todo, conforme preconizado no Segundo Seminário Estadual de Planejamento realizado no ano de 2013. Este evento, que deverá ter sequência no ano de 2014, é visto como um momento

coletivo de reflexão crítica do processo que deve reiterar o compromisso institucional com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das unidades de produção familiar e das comunidades rurais, com vistas ao processo de desenvolvimento sustentável municipal e territorial.

Para o acompanhamento das atividades de planejamento, a Gerência de Planejamento conta com a colaboração de um grupo técnico, composto por representantes de todos os Escritórios Regionais e da Gerência Técnica, com reuniões periódicas.

- Elaboração e acompanhamento de Projetos Técnicos – A GPL é responsável pela elaboração de projetos técnicos com vistas à busca de recursos em diferentes atividades e para diversos públicos, especialmente projetos para participar das chamadas públicas de ATER. Colabora, também, no acompanhamento e monitoramento dos projetos já contratados no âmbito dos diversos parceiros, principalmente no âmbito federal - Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e estadual - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).
- Elaboração de Estudos e Análises – Através do Núcleo de Informações e Análises, semanalmente, é elaborado o Conjuntural, com dados e informações das principais culturas do estado. Periodicamente também são elaborados levantamento de preços de insumos, de culturas, de terra, bem como é realizado o levantamento de intenções de plantio e de acompanhamento das principais culturas, com dados de área, produção e produtividade. Essas informações são repassadas para entidades como a Fundação Getúlio Vargas, o IBGE, para o governo do Estado e à diretoria da própria EMATER/RS-ASCAR com vistas ao acompanhamento de safras. Todas essas informações apresentam grande demanda por parte de público externo, a quem são disponibilizadas, através do site da Instituição ou diretamente pela GPL.

Por outro lado, vários estudos e análises específicas envolvendo algumas cadeias produtivas deverão também ser contemplados como o Estudo da Matriz Produtiva do Leite efetuada em 2013. Também são organizadas e disponibilizadas planilhas com dados secundários atualizados, levantados por diversas instituições nacionais (IBGE, CONAB, INCRA, IPEA), estaduais (FEPAGRO, FEE) e regionais (FAMURGS, COREDES) para as equipes locais, regionais e gerências.

- Sistematização de Experiências - Com o objetivo de valorizar o saber popular e de resgatar, refletir e registrar experiências apoiadas por extensionistas da EMATER/RS-ASCAR e parcerias, dar-se-á continuidade ao processo de sistematização das experiências de ATER nas diversas instâncias institucionais: local, regional e estadual. Para isso está previsto: realização de oficinas de capacitação; elaboração de sistematizações de experiências - valorizando o fazer e o saber dos agricultores, extensionistas rurais e parcerias envolvidas; realização de seminários regionais e do 5º Seminário Estadual de Sistematização de Experiências. Também se pretende dar continuidade à elaboração de fichas de experiências para o registro de experiências apoiadas pelos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR nas mais diversas áreas temáticas, com o objetivo de compor o Fichário de Experiências da Instituição.

Para as atividades de sistematização e de elaboração das fichas, a GPL conta com a colaboração de um grupo técnico, composto por representantes de todos os Escritórios Regionais e da Gerência Técnica, com reuniões periódicas.

- Principais atividades previstas para serem realizadas pela equipe da GPL no ano de 2014 podem ser visualizadas abaixo:

Tabela 49 - Metas a serem realizadas pela GPL em 2014

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Acompanhamento das lavouras de grãos – Pesquisa IPAN - quinzenal	nº	120
Informativo Conjuntural - semanal		52
Levantamentos Tecnológicos das principais culturas de grãos		06
Levantamento de preços semanais dos principais produtos agropecuários		52
Levantamento de preços mensais pagas e recebidos		12
Levantamento de preços de terra e mão de obra		02
Levantamento de intenção de plantio		20
Informação à mídia estadual/nacional e informação para fins judiciários e outros		300
Plano Anual de Trabalho - PAT		01
Relatório de Atividades		01
Relatórios Metas Monitoradas SDR		16
Relatórios convênios SDR		05
Relatório Destaques de ATER		01
Emissão de relatórios diversos		
Orçamento Programático		01
Pesquisas diversas de caráter emergencial		
Participação de reuniões externas de representação		
Participação em reuniões de capacitação inicial		
Participação em capacitações das equipes regionais e microrregionais		12
Elaboração de projetos de chamadas públicas		
Reuniões do grupo gestor do SISPLAN		04
Construção do Processo de Planejamento 2015		
Readequação de elaboração de formulários		
Realização do 3º Encontro de Supervisores		01
Realização do 3º Seminário Estadual de Planejamento		01
Análise dos Estudos de Situação e Planos Operativos Municipais de 2015 e registros no SISPLAN		
Orientações para elaboração das fichas de Experiência		
Realização de Seminários Regionais de Sistematização de Experiências		12
Revisão das fichas de experiência encaminhadas pelos ESREG		
Revisão das Experiências Sistematizadas encaminhadas pelos ESREG		
Elaboração de proposta para participação no “Prêmio Responsabilidade Social”		01
Reunião do GT de Planejamento		03
Reunião do GT de Sistematização		03
Realização do 5º Seminário Estadual de Sistematização		01

❖ Classificação

A Gerência de Classificação e Certificação (GCC) trabalha com ações originadas dos seus programas, executando serviços para monitorar, garantir e aumentar o controle da qualidade, os quais contribuem na segurança dos alimentos.

Os serviços de classificação são prestados pelas 30 Unidades de Classificação (UCL) e mais 12 Postos de Serviços de Classificação Vegetal (localizados nas fronteiras e que contratualmente prestam serviços de importação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e exportação para terceiros). As regiões de supervisão são subdivididas em 03 regiões no RS e transitam entre as 12 Regiões Administrativas da EMATER/RS-ASCAR.

Os serviços desenvolvidos abrangem os seguintes segmentos:

- Cadeia do Agronegócio: Produtores (pequenos, médios e grandes), Cooperativas, Indústrias, Empresas comercializadoras de grãos, Armazenadores e demais clientes que necessitem da atividade de Classificação de Produtos Vegetais.
- Programas Sociais: Governos Municipais, Estadual e Federal (ex.: Importação para o MAPA, Exportação para Terceiros; Estoques Públicos e Doações Humanitárias para Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Merenda Escolar junto as Prefeituras Municipais).

Objetivos da Atividade:

- Obter a autossuficiência financeira.
- Qualificar os equipamentos técnicos e operacionais e renovar e manter os equipamentos.
- Ampliar e capacitar quadro de pessoal (técnico e administrativo).
- Manter a imagem e referência de qualidade em serviços de Classificação e Certificação.
- Fortalecer ações com a Extensão Rural.
- Manter e ampliar a arrecadação.
- Conquistar novos clientes e serviços da Classificação.
- Aumentar os serviços de pré-auditorias, auditorias e treinamentos.
- Prospectar ervateiras para a Certificação da Erva-Mate.
- Prospectar clientes para a Certificação de Unidades Armazenadoras.
- Sistematizar e internalizar a análise da gestão administrativa e financeira nas UCL.
- Manter frota de veículos em condições.

- Ampliar e Capacitar (cursos, treinamentos, reciclagens) técnicos e administrativos.
- Manter a ISO 9001:2008 nas unidades do escopo, aplicando e monitorando o SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade nas UCL, bem como, implementar a ISO 17025 no NLB e a ISO 17065 no NCP.
- Divulgar a EMATER/RS, como empresa referencial de qualidade em serviços de Classificação e Certificação de produtos.
- Desenvolver ações em conjunto com a Extensão Rural que contribuam para a qualificação da produção agrícola e melhorias dos processos da cadeia produtiva dos alimentos.

O atendimento a esse público desenvolve-se através da seguinte estrutura:

- 01 Gerência Estadual (GCC).
- 01 Núcleo Laboratorial, para análises físicas, químicas e biológicas.
- 01 Núcleo de Certificação, para certificação de armazéns e da produção da erva-mate.
- 01 Núcleo de Classificação de produtos de origem vegetal.
- 30 Unidades de Classificação (UCL) e 12 Postos de Fronteiras.
- 103 Técnicos Classificadores.

O serviço administrativo é informatizado via Sistema de Classificação (SISCLAS), utilizado para emissão de laudos/certificados de análises físicas (classificação) e análises físico-químicas, com possibilidade de acesso dos clientes via Extranet.

METAS - Os programas a desenvolver são:

- Classificação para produtos destinados à alimentação humana e à Importação e exportação.
- Operações da CONAB e Programas Sociais dos governos Municipais, Estadual e Federal.
- Controle da qualidade no embarque ou desembarque.
- Operações especiais (recebimento de safra, classificação da cevada para a AMBEV, classificação do tabaco para a AFUBRA, recebimento e expedição para a CESA, etc.).
- Análises físico-químicas.
- Pré-auditorias para certificação de unidades armazenadoras.
- Certificação de unidades armazenadoras (compulsória).
- Certificação da Erva-Mate (voluntária – Erva-Mate).
- Treinamentos e cursos para empresas.